

# EXTRA

## CLASSE-ORG-BR

ANO 25 | Nº 242 | ABRIL DE 2020

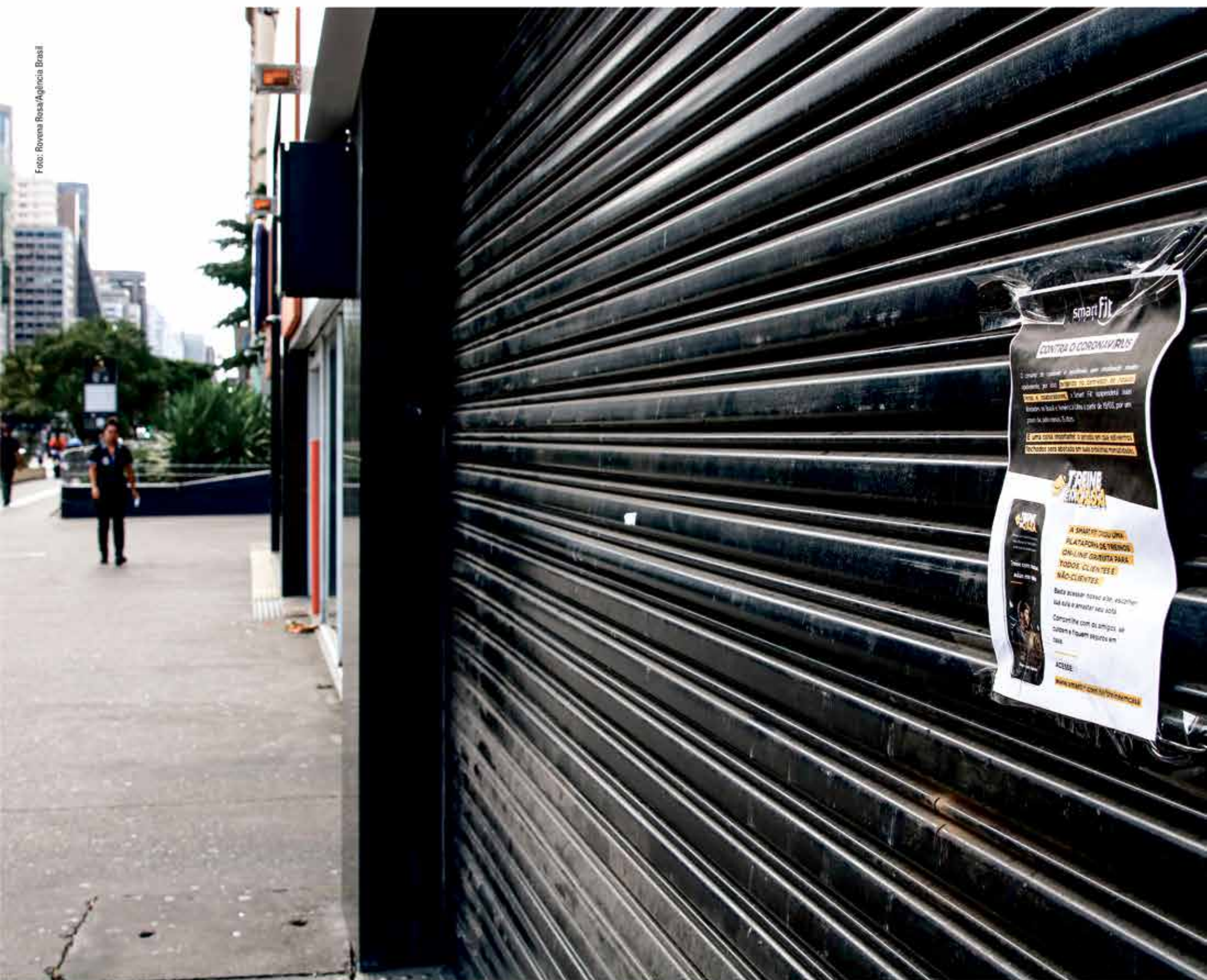
### ENTREVISTA

A escritora e antropóloga Lília Schwarcz fala sobre violência, intolerância e a falsa cordialidade dos brasileiros

### AMBIENTE

Saneamento precário: risco de contaminação da água consumida pela população

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil



# Depressão econômica inevitável

Medidas equivocadas e lentidão na tomada de decisões do governo federal frente à pandemia podem aprofundar a crise depois da quarentena



## 04 ENTREVISTA

A escritora e antropóloga Lilia Schwarcz fala sobre violência, intolerância e a falsa cordialidade dos brasileiros.

## 08 EDUCAÇÃO

Medida Provisória ratifica decisão do Conselho Estadual de Educação sobre validade das atividades domiciliares para o ano letivo.

## 10 ECONOMIA

Especialistas apontam que medidas equivocadas do governo e lentidão nas decisões podem aprofundar a crise depois da quarentena.

## 13 WEISSHEIMER

Coronavírus: o ano que pode mudar radicalmente as nossas vidas.

## 14 ESPECIAL

Estudo revela que água consumida pelos brasileiros é passível de contaminação por protozoários e outros organismos resistentes ao cloro devido a problemas de saneamento.

## 18 ENSINO PRIVADO

Quarentena impõe teletrabalho aos professores.

## 23 ROLIM

Os engenheiros do caos: a política sequestrada da esfera pública.

## 24 ARTE +

Galeria Ecarta mantém visitação virtual à exposição que resgata e arte pop de Milton Kurtz.

## Extra Classe on-line

O jornal *Extra Classe* cumpre as medidas de isolamento determinadas por decreto estadual, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde diante da pandemia do novo coronavírus. Por isso, esta edição de abril chega aos leitores somente pelas plataformas virtuais, sem a edição impressa. É a primeira vez, em quase duas décadas e meia de circulação ininterrupta e crescimento editorial, que o veículo dos professores do ensino privado do estado abre mão da sua versão em papel, tendo sido produzido a distância – e mantida a sua linha editorial e gráfica. Essa precaução, que mobiliza o Sinpro/RS e toda a categoria, deverá ser estendida ao menos para a edição de maio, visando preservar a saúde e a vida de todos os envolvidos nos diferentes estágios de produção da publicação.

### NÃO É HORA DE PENSAR EM ESTADO MÍNIMO

Praticamente consenso entre especialistas, a pandemia do novo coronavírus não só afeta a saúde das pessoas, mas também a forma como governos, sociedades e a economia se relacionam. Uma das consequências de curto e médio prazos inevitáveis será uma profunda depressão econômica mundial que envolverá também o Brasil, queira o governo de Jair Bolsonaro ou não. Resta saber como reagirá este mesmo governo que defende o Estado mínimo diante de emergências que exigem Estado forte. “Hoje, dane-se o Estado mínimo, você precisa gastar e é preciso errar pelo lado do excesso”, afirma a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Instituto Peterson de Economia Internacional e professora da Universidade Johns Hopkins, em Washington. Uma das vozes mais relevantes em tempos de distopia, de Bolle está entre os entrevistados da reportagem de capa desta edição.

Na entrevista do mês, a escritora e antropóloga Lilia Schwarcz, autora de *Raça e Diversidade* e *As barbas do Imperador*, professora titular do Departamento de Antropologia da USP e da Universidade de Princeton, analisa a conjuntura política do país após ascensão da nova direita e constata uma alteração na imagem que os brasileiros projetavam no exterior. A entrevistada fala da tradição escravocrata e interpreta a violência, a intolerância e a falsa cordialidade dos brasileiros.

Destaque desta edição, a qualidade da água que abastece os grandes centros urbanos do país já é afetada pela falta ou problemas do sistema de saneamento básico. São 31 milhões de brasileiros que não dispõem de rede geral de distribuição de água, e a falta de acesso à água potável é uma realidade nas grandes favelas como a Rocinha, no Rio, ou Paraisópolis, em São Paulo. Praticamente impedidos de se precaver do novo coronavírus usando água e sabão com frequência, milhares de pessoas no país sofrem de doenças infecciosas como malária e dengue. Estudo apresentado no 30º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) revela que a água consumida pelos brasileiros é passível de contaminação por protozoários, organismos resistentes ao cloro.

As professoras e professores se desafiam, desde a metade do mês de março, à prática diária de aulas e trabalhos virtuais com os estudantes durante o confinamento, como mostra matéria de Ensino Privado, que aborda ainda a preservação dos direitos dos docentes e a realidade das instituições. Confira também os colunistas do *Extra Classe* e a mostra virtual da Galeria Ecarta que resgata a memória e a obra de Milton Kurtz, expoente da arte pop no estado.

**Boa Leitura!**

**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

**REDAÇÃO:** [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

**Editora-chefe:** Valéria Ochôa

**Editores Executivos:** Gilson Camargo e Valéria Ochôa

**Redação:** César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

**Colaboradores:** Flavia Seligman e Marcelo Menna Barreto

**Colunistas:** Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

**Diagramação e Arte:** Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

**Projeto Gráfico:** Bold Comunicação e D3 Comunicação

**Fotografia:** Igor Sperotto

**Ilustração:** Rafael Sica e Ricardo Machado

**Charge/Cartum:** Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

**Revisão:** Lígia Halmenschlager

**Comercialização:** Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615  
[denise.benites@sinprors.org.br](mailto:denise.benites@sinprors.org.br)

**Impressão:** Zero Hora

**Tiragem desta edição:** 25 mil exemplares

**Telefones da Redação:** 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse)

## Compromisso com garimpo

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, demitiu o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Alves Borges de Azevedo, depois que uma matéria do *Fantástico*, da Rede Globo, mostrou operação de combate ao garimpo ilegal em terras indígenas coordenada por Olivaldi. A demissão foi determinada pelo presidente Jair Bolsonaro ao ministro Ricardo Salles. A principal motivação: os agentes queimaram tratores e outros equipamentos usados no garimpo ilegal. O procedimento é operação padrão tanto para evitar que o maquinário volte a ser usado no desmatamento e pelo alto custo que significa para a União a retirada dos locais de apreensão. Em novembro, Bolsonaro já havia prometido a garimpeiros que iria proibir a queima de maquinário ilegal apreendido. Major da PM paulista, Olivaldi era indicação de Salles. Era mais conhecido por segurar operações do Ibama do que defender o meio ambiente.

## Mandetta demitido

Num dos momentos mais críticos da pandemia, quando o país registrou 600 mortes pela Covid-19 em três dias, na metade de abril, o presidente Jair Bolsonaro demitiu o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Médico ortopedista, ex-militar, Mandetta foi secretário da Saúde em Campo Grande e cumpriu dois mandatos de deputado federal pelo DEM/MS antes de assumir a pasta, em janeiro de 2018. Com o agravamento da crise provocada pelo novo coronavírus, ganhou notoriedade e superou a popularidade do próprio Bolsonaro, que passou a atacar as medidas de isolamento social. Assume a pasta o oncologista carioca Nelson Teich que também defende isolamento, mas já afirmou que o enfrentamento da crise não pode levar em conta somente fatores econômicos ou apenas fatores sanitários.

SANTIAGO



## Coronavírus reduz mortes por violência policial em favelas do Rio

Estudo realizado pela Rede de Observatórios de Segurança no Rio de Janeiro comprova a ligação entre operações policiais nas comunidades com populações mais pobres e a letalidade da política de segurança do governador Wilson Witzel (PSC). Com a interrupção das operações policiais nas comunidades por conta da pandemia do coronavírus houve redução das mortes violentas nessas áreas. O levantamento identificou diminuição de 74% nas ações policiais e diminuição 60% nas mortes.

Conforme Rede de Observatórios de Segurança, a partir do começo da política de isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19 houve queda de operações policiais e consequente significativa redução de mortes decorrentes de violência policial no estado do Rio de Janeiro. Foram analisados dois períodos: do dia 1º de março ao dia 15, antes da decretação de estado de emergência pelo governo do Rio, e de 16 até o dia 30, já com isolamento e ações preventivas para evitar a disseminação do vírus.

Foi durante a gestão de Witzel que se institucionalizaram os caixões aéreos (helicópteros com atiradores sobrevoando as comu-

nidades). Foi com Witzel que o uso de atiradores de elite (*snipers*) e drones passaram a fazer parte da rotina das comunidades. Os atiradores estão autorizados a alvejar pessoas consideradas suspeitas. A política de segurança de Witzel é alvo de denúncia na Organização das Nações Unidas (ONU).

O estudo mostra que as operações reduziram, nos períodos observados, de 139 na primeira metade de março para 56 na parte final do mês. Somando o mês inteiro, a quantidade de mortes diminuiu quando comparado com o mesmo período de 2019: 15 mortos contra 36 em março do ano passado.



Mortes por ações policiais reduziram 60% com a redução das operações devido à pandemia



# Violência, intolerância e a falsa cordialidade dos brasileiros



Fotos: Renato Parada

---

por Marcelo Menna Barreto

**P**rofessora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e visitante em Princeton, a escritora e antropóloga Lilia Schwarcz declina do rótulo de historiadora mais importante da atualidade no Brasil. “Agradeço, mas não sou”, avisa a autora de *Raça e Diversidade* e *As barbas do Imperador*. Modéstia à parte, seu mais recente trabalho, *Sobre o autoritarismo brasileiro* (Cia. das Letras, 2019, 280 p.) foi publicado pela Princeton University Press sete meses após o lançamento no Brasil e, agora em abril, será lançado em Portugal pela Objectiva. Doutora em Antropologia e ganhadora de três edições do *Prêmio Jabuti*, em 1999, 2009 e 2010, Lilia recebeu também em 2010 a Ordem Nacional do Mérito Científico. Nesta entrevista exclusiva ao *Extra Classe*, a autora discorre sobre o mito do brasileiro no exterior, que se passa por povo cordial, tolerante, que engana aos outros e engana a si mesmo. Há uma década lecionando na Princeton University, ela relata que a imagem dos brasileiros sofreu uma regressão desde a ascensão de Jair Bolsonaro e da ‘nova direita’ brasileira à presidência. Se antes os estudantes estrangeiros vinham em busca de um Brasil exótico, atualmente procuram entender o que está acontecendo sob Bolsonaro, que na sua avaliação não é apenas um conservador. “É retrógrado”. Para a autora, ocorreu um deslocamento da representação e muitos brasileiros abandonaram a imagem de povo cordial e passaram a externar seu lado violento e intolerante.

**Extra Classe** – Em seu novo trabalho, você é categórica: a imagem do brasileiro como um povo tolerante, aberto, pacífico e acolhedor é um mito. Como chegou a essa conclusão?

**Lilia Moritz Schwarcz** – Eu mostro que, enfim, os brasileiros desde sempre tentam passar essa imagem de um povo muito pacífico, avesso à violência, e o que a gente vê é que isso não é uma realidade. Basta que pensemos que o Brasil foi uma colônia durante tantos anos, depois passou a ser um Império e, de alguma maneira, assentou o poder muito vinculado às grandes elites agrárias. Grandes elites essas que controlavam todo o processo político de uma maneira muito violenta na maioria dos casos. Basta lembrar, também, que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão mercantil. Eu não falo de outros tipos de escravidão que continuam a existir – nós sabemos – mas eu me refiro à escravidão mercantil, à escravidão de africanos, sobretudo. O Brasil só aboliu o tráfico em maio de 1888, depois de Estados Unidos, Porto Rico e Cuba.

**EC** – Qual a relação entre essa perspectiva histórica e a desconstrução do mito da cordialidade do brasileiro?

**Lilia** – Hoje nós sabemos que dos 12 milhões de africanos e africanas que foram obrigados a deixar o seu continente, 10 milhões pararam nas Américas, de uma forma geral, e 4,8 milhões no Brasil. Isso quer dizer que o Brasil recebeu metade dessa população. Não é possível falar em um país calmo, pacífico, com esse tipo de sistema

que supõe a posse, a propriedade de uma pessoa sobre outra. Essa posse só pode ser garantida de forma violenta e, também, só deixa àqueles que são tomados como propriedade um caminho: se revoltar, organizar insurreições, todo o tipo de resistência. Hoje nós sabemos como o sistema do Brasil não foi só muito duro na manutenção da escravidão, mas, também, que os escravizados se revoltaram a todo momento e de inúmeras maneiras.

**EC** – Entramos na questão da intolerância.

**Lilia** – Então, não se pode ser um país tolerante porque nós herdamos e aprimoramos um racismo estrutural, um racismo institucional e o que impressiona muito no Brasil é como existia essa insistência na ideia de um povo cordial e como cada vez mais, nos dias de hoje, ocorre o contrário. Muitos brasileiros estão se manifestando e aparecendo, usando a representação de pessoas muito intolerantes. Intolerantes aos feminismos, aos novos movimentos negros, aos movimentos indígenas, aos movimentos de ecologia e de meio ambiente. O que impressionou muito quando eu escrevi esse livro é que durante muito tempo houve uma negação desse lado violento e nada cordial dos brasileiros, como também o que ocorre nessa nossa contemporaneidade é uma mudança pública na representação, com muitos brasileiros se definindo como absolutamente intolerantes

**EC** – Não lhe parece que até há pouco tempo o brasileiro conseguia enganar bem, passando

a imagem de povo simpático, receptivo?

**Lilia** – Eu acho que sim. Não só enganamos aos outros, como enganamos a nós mesmos. Isso me impressiona. Não se trata apenas de um plano feito explicitamente para enganar os estrangeiros. Durante muito tempo os brasileiros também estavam enganados, tanto que Sérgio Buarque de Hollanda, que publicou *Raízes do Brasil* na década de 1930, já dizia que a cordialidade era uma espécie de superficialidade, um ponto alto de um iceberg, cuja base não tinha nada de cordialidade. Dizia que cordialidade veio de cor e que os brasileiros, de fato, sempre quiseram se definir como cordiais. Mas isso que ele falava nos anos de 1930, na verdade o que encobre? Encobre como os brasileiros misturam esferas públicas com esferas absolutamente privadas. Se nós quisermos trabalhar com um exemplo contemporâneo, nosso atual presidente usa sua rede social de forma pública e quando é criticado por conta das mensagens que envia, ele diz: ‘não, isto aqui é meu e é privado’. Esse uso pouco discriminado do público e do privado sempre foi uma realidade no Brasil; patrimonialismo sempre foi um conceito que se aplica ao Brasil. E, nesse nosso momento da força das redes virtuais, estamos falando de novos patrimonialismos. Como essas fronteiras se borram e produzem mais ‘mito’, mais violência e mais dicotomia. No nosso caso presente, mais intolerância.

**EC** – O antropólogo Artur Ramos (1903-1949) chegou a cunhar o termo “Democracia Racial”

para ajudar a definir um pouco o Brasil de então. Uma falácia?

**Lilia** – O termo Democracia Racial foi cunhado por Artur Ramos, mas foi muito divulgado e difundido por Gilberto Freyre. Eu acho que falar em falácia do mito da Democracia Racial não corresponde à força que ele tem. Eu penso o conceito de mito não como mentira. Essa é uma falsa concepção do mito. O mito é um tipo de discurso que ganha força, continuidade, perenidade muitas vezes, por causa não do que ele esconde, mas, no caso da Democracia Racial, ele se comporta dessa maneira. Ele trata de contradições fundamentais da nossa sociedade. A escravidão foi e é uma mácula, uma marca, um problema na nossa sociabilidade contemporânea. Então, o mito da Democracia Racial tenta transformar uma situação de muita discriminação e muito racismo numa situação paradisíaca que não é. Qual é a questão e qual é a perversão do racismo que nós praticamos no Brasil? Ele combina inclusão social com imensa exclusão social, econômica, cultural, o que for. Muitas vezes as pessoas se valem desses exemplos ‘Ah, temos cantores famosos, temos jogadores de futebol famosos’, como se isso fosse um antídoto para não lidar com a realidade que é a discriminação em nível escolar – e as pesquisas vêm demonstrando; a discriminação nos índices de vida e de morte; a discriminação nos empregos; a discriminação nas instituições onde nós vemos que as posições mais altas nas hierarquias são todas ocupadas por brancos e não por negros. Então, o mito da Democracia, diferente



Foto: Casa do Professor - Sinpro/RS

## Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: [sinpro.rs.org.br/casadoprofessor](http://sinpro.rs.org.br/casadoprofessor) | Reservas: (51) 4009.2988





## ENTREVISTA

do que você diz, não é uma falácia, é uma realidade. Ou seja, é a maneira como nós brasileiros tentamos transformar essa questão numa invisibilidade social. No Brasil existe uma grande ideologia do branqueamento e essa ideologia se pauta numa grande contradição – por isso a força do mito – que é não destacar que essa é uma sociedade de privilégios muito estabelecidos. E são privilégios brancos.

**EC – O fato de uma das mais conceituadas editoras acadêmicas do mundo, a Princeton University Press, resolver editar o *Sobre o Autoritarismo Brasileiro* sete meses após o seu lançamento no Brasil indica que essa imagem do brasileiro lá fora pode ser revertida?**

**Lilia** – Essa sua pergunta é muito interessante. Se isso é um dado importante, acho que é. Também a editora portuguesa Objectiva resolveu editar o livro, que sai agora em abril. Isso mostra como a imagem dos brasileiros no exterior vai sendo trincada. Um bom exemplo é o que aconteceu com o caso do assassinato de Marielle. A notícia ressoou muito no exterior. Ficou muito evidente como há questões ainda muito mal explicadas. Agora são quase dois anos da morte de Marielle e ainda estamos querendo saber quem matou. Esse tema impactou grandemente no exterior, como tem impactado grandemente uma série de medidas do nosso chefe do Planalto que tem censurado, tem intimidado, tem acusado moralmente, tem atuado contra o jornalismo, contra a academia, contra os novos agentes sociais inscritos nos discursos das minorias. Alguém que simplesmente demitiu um cientista ilibado que apenas falou a verdade, que a nossa Amazônia está ardendo e nunca existiram tantas queimadas como agora. Então, eu acho que a imagem do brasileiro, a imagem do Brasil, tem se alterado largamente nesses últimos anos.

**EC – Você tem uma grande experiência acadêmica no exterior. Realmente é perceptível essa mudança de imagem?**

**Lilia** – Eu dou aula em Princeton há mais de dez anos e, se antes os alunos vinham em busca de um Brasil exótico – da capoeira, do Candomblé, dos costumes cruzados, dos costumes mestiços – agora, cada vez mais, os próprios alunos vêm atrás do Brasil pra entender o que está acontecendo, o que se passa agora na nossa agenda. Vou lhe dar mais um exemplo: neste semestre, eu estou dando uma aula sobre a Amazônia na história; de que maneira a Amazônia e as suas populações apareceram desde o século 16, 17, 18, chegando até a contemporaneidade. É um curso que para os moldes de Princeton é muito grande e as pessoas, os alunos, estão muito bem informados sobre o problema da Amazônia. Eles não vão ao encontro de um curso que vai falar da Amazônia como um paraíso perdido no Brasil, portanto, como o Brasil da grande natureza. Eles estão muito preocupados com a situação atual e com a falta de medidas por parte do nosso governo. Sobre tudo, estão muito preocupados com a atuação de um Ricardo Salles, que é um ministro que deveria proteger o meio ambiente, mas que claramente tem no exterior uma imagem contrária. Portanto, sim, voltando à sua pergunta anterior, a imagem do Brasil está sendo, de fato, revertida.

**EC – Essa imagem do brasileiro cordato, aberto, começou a reverter para a intolerância com a ascensão da nova direita?**

**Lilia** – Eu considero, sim, que a ascensão do governo Bolsonaro, que é essa ‘nova direita’, muito vinculada a uma postura do Trump foi decisiva, sim. E ela é vista aqui no exterior com muita preocupação e com muito espanto também. Por que, de fato, se trata de uma reversão de expectativas

**EC – Tens recebido muitas perguntas sobre a atual conjuntura do Brasil?**

**Lilia** – Sim. Há muitas questões sobre o problema do *environment* (meio ambiente), muitas questões sobre o racismo pautadas por Marielle Franco e outras questões atuais. Muita preocupação com relação à censura: o documento

que circulou no contexto da indicação do Oscar para o filme da Petra (*Democracia em Vertigem*) teve grande ressonância aqui nos Estados Unidos. A questão não era tanto se era preciso ser a favor ou não do filme. O fato de o presidente declarar publicamente que não havia assistido, mas que o considerava um filme de ficção. Então, esse tipo de atitude do governo Bolsonaro, aquele vídeo feito pelo secretário Nacional da Cultura, o Alvin, no qual ele de alguma forma aludia o nazismo foi visto com imensa preocupação.

**EC - Já cansou de tentar explicar (risos)?**

**Lilia** – Eu (risos) não me cansei de explicar. Você ri e eu também. Vejo que é o meu papel explicar, assim como eu tenho me colocado publicamente no *Instagram*. Cada dia eu posto uma nova notícia, informo, mas também dou a minha interpretação. Eu, como intelectual que sou, tenho visto com grande preocupação a atual conjuntura brasileira e sou partidária da ideia de que essa série de ataques à nossa democracia e à nossa República precisa ser repudiada tanto no Brasil como no exterior. Então, eu não tenho aberto mão dessa postura. Ao contrário. Eu tenho me manifestado com muita frequência tanto no Brasil como no exterior contra as atitudes desse governo, sobretudo no que se refere à censura e à tentativa regressista.

**EC – Falando em regressista, como você vê o ataque aos direitos conquistados pela sociedade?**

**Lilia** – Direitos nós precisamos conquistar sempre, não é? Não existe direito definitivamente conquistado, mas o que nós temos assistido no Brasil é, de fato, um projeto de Estado que pretende reverter ganhos arduamente conquistados nesses 30 anos, se não de democracia absolutamente realizada, mas de democracia plena. Esse é um governo que tem tentado reverter várias conquistas do feminismo, adotando uma postura muito conservadora, muito retrógrada, em relação a esses temas, em relação aos movimentos quilombolas, aos movimentos



**Essa série de ataques à nossa democracia e à nossa República precisa ser repudiada tanto no Brasil como no exterior**

indígenas, enfim, um governo que tem uma postura que eu diferencio de uma postura conservadora.

**EC – Por exemplo?**

**Lilia** – Acho que para uma democracia funcionar bem, bons conservadores são muito importante. A democracia funciona melhor nas diferenças, no embate. O conservador é aquele que pretende conservar o *status quo*, mas não abre mão do diálogo. Nós estamos falando de um governo que não dialoga, de um governo que fala e depois volta atrás e se desdiz. Esse é antes um governo retrógrado, o que é muito preocupante. Eles querem fazer uma espécie de *Back Last* (voltar atrás) no sentido de anular conquistas que foram sendo realizadas durante esse período tão longo dessa nossa história brasileira.

**EC – Na introdução do seu livro você diz que história ajuda a produzir uma discussão mais crítica sobre o passado, presente e sonho de futuro. Qual o sonho de futuro da cidadã Lilia Schwarcz?**

**Lilia** – Bom... Qual é o meu sonho de futuro. Eu penso que nós precisamos de um Brasil não tão distópico, como é esse Brasil que nós estamos conhecendo. Um Brasil não tão odioso, como é esse Brasil que vai aparecendo nas falas dos ministros da Educação, das Relações Exteriores, da nossa ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Um Brasil mais amplo, um Brasil mais plural, um Brasil mais variado. Um Brasil mais utópico! Nós precisamos de mais sonhos e de menos pesadelos.

# Fiocruz lidera frentes de pesquisa de combate ao Covid-19

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) completa 120 anos no próximo mês de maio com a marca de ser uma referência internacional em pesquisa no campo da saúde pública. Presente fisicamente em todas as regiões do Brasil, lidera no país os esforços mundiais contra o novo coronavírus. Isso tudo com os pesquisadores e cientistas enfrentando a caça às bruxas dos governos e cortes de verba.

No último dia 27 de março, a presidente Nísia Trindade Lima anunciou a construção de uma unidade hospitalar de montagem rápida, que disponibilizará 200 leitos exclusivos de tratamento intensivo e semi-intensivo para pacientes graves da pandemia de coronavírus.

No novo hospital da Fiocruz será investigada profundamente a eficácia de quatro tratamentos para a Covid-19. "Estamos trabalhando em todas as frentes do combate ao novo coronavírus e nossos dois institutos, de produção de vacinas e medicamentos, participam ativamente desse esforço", garante Nísia, que elenca dois objetivos cruciais: "salvar vidas, tendo em vista o aumento do número de casos, e proteger o SUS". Veja detalhes em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

Foto: Fiocruz/Divulgação



GABRIEL GRABOWSKI

## Educação e ética no contexto do coronavírus

Neste confinamento residencial forçado, muitos não sabem o que fazer. Eu, além das aulas em plataformas digitais, leituras e reuniões virtuais, resolvi antecipar este artigo porque senti a necessidade de escrever e dialogar com vocês. Reconheço que é prematuro qualquer juízo, mas estas semanas já nos revelaram fatos e atos humanos cabíveis de reflexões, como é a tradição da educação e da ética, áreas que atuo como docente. A ética se revela nos atos morais e a educação demonstra que sociedade estamos construindo. Leia Gabriel Grabowski em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

MOISÉS MENDES

## A torcida pelo holocausto da peste

Há uma certa frustração da extrema direita argentina com os resultados das ações impositivas do governo de Alberto Fernández contra a pandemia. A Argentina, com quarentena compulsória, tem uma das menores taxas mundiais de contágio e mortes. A decepção do novo nazismo foi expressa por um sujeito chamado Julio Carballo, que tentou se projetar como uma das vozes que torcem pela pandemia na província de Córdoba. Acesse o artigo em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

MARIA LUCIA FATTORELLI

## Quem está mentindo?

A auditora fiscal alerta para as informações contraditórias nos discursos do relator da PEC do Orçamento de Guerra 10/2020 no Senado, senador Antonio Anastasia (PSD/MG), e do presidente do Banco Central, o economista Roberto Campos Neto. "Os senadores não podem votar essa PEC sem esclarecer o verdadeiro paradeiro da cifra que alcançará trilhões, sob pena de estarem autorizando uma mera doação aos bancos às custas do endividamento público que recairá sobre as costas de todo o povo brasileiro", destaca. Leia artigo completo em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br).

## E mais

**SAÚDE** – Estudo aponta relação entre vacina BCG e o número de casos de Covid-19

**EDUCAÇÃO** – Legislativo gaúcho pede fundo de financiamento para instituições de ensino

**MOVIMENTO** – O setor da saúde reúne condições excepcionais para uma alavancagem da economia, afirma o pesquisador Carlos Fidelis Ponte

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed

UNIODONTO

Faça a simulação e confira  
o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde





# EaD e atividades domiciliares contam para o calendário letivo

por Edimar Blazina

*A Medida Provisória 934/2020 publicada pelo governo federal no dia 1º de abril altera as normas que regulamentam o ano letivo em escolas e instituições de ensino de todo país. Devido à pandemia do coronavírus que paralisou as aulas presenciais nos sistemas de ensino do estado, a partir da publicação, em 2020, não será obrigatório o cumprimento dos 200 dias letivos, ficando apenas o mínimo de 800 horas-aula previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A medida determina ainda que os órgãos estaduais ou municipais deverão regular o cumprimento das horas previstas para o ano*



O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEEd-RS) deve discutir a MP em suas reuniões ordinárias. O conselheiro do CEEEd, professor Sani Cardon, avalia que, em princípio, o texto do governo federal não altera o entendimento do Conselho de considerar as atividades domiciliares realizadas pelos professores e alunos como dias e horas para o cumprimento das exigências do calendário letivo.

"O Parecer emitido pelo Conselho já contempla as alterações da

MP, não somente os dias letivos, mas também as horas mínimas necessárias através de aulas on-line, bem como tarefas domiciliares de forma excepcional", explica Sani. Segundo ele, eventuais alterações serão deliberadas nos próximos encontros da entidade.

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) destaca que a quarentena não tem significado descanso para os professores. "A dedicação dos docentes é grande para adaptar conteúdos, gravar aulas, interagir com alunos a distância e pre-

servar os processos pedagógicos para manter a qualidade de ensino", diz a entidade sindical em nota publicada em jornal de circulação estadual, sobre o teletrabalho realizado pelos professores durante esse período. A direção da entidade integrou esse trabalho à nova pauta de negociação com o Sindicato Patronal para garantir a proteção à saúde e os direitos dos docentes.

Sani Cardon: Parecer do Conselho já contempla as alterações contidas na MP



Foto: Igor Speratto

## Os riscos para a educação pública

Para a representante do Cpers-Sindicato, a flexibilização dos 200 dias foi uma medida acertada por parte do Ministério da Educação (MEC), em função da pandemia, mas ao mesmo tempo preocupa a entidade a questão das 800 horas a serem cumpridas. "Precisamos ter cuidado com as várias dimensões dessa experiência EaD. Temos uma extrema desigualdade no nosso alunado, a maioria dos estudantes não tem internet em casa, sem falar

da miserabilidade em que vivem muitos dos nossos educandos há mais de 50 meses com os salários atrasados e parcelados", alerta a diretora Rosane Zan.

O ensino público passou por uma greve em 2017, de 94 dias, e também pela paralisação no final de 2019 de 54 dias. Rosane explica que até hoje os calendários estão desencontrados. "Muitos dos educadores temem ter de recuperar essas aulas pós-pandemia", ressalta.

A dirigente relata que muitos educadores usam de todos os esforços para organizar suas aulas e contar o dia letivo. "São aulas programadas através de WhatsApp, Facebook e até com material físico". Para ela, esse é um método excludente, longe de ser o ideal, mas é o que se apresenta para o momento. Segundo Rosane, vivemos uma época em que se deve ter muito cuidado e preocupação com o futuro da educação pública. "De forma nenhuma

podemos encarar isso com ingenuidade, é um governo que quer o fim da escola pública. Precisamos estar atentos a qualquer movimento de mercantilização e privatização da educação", pontua.

O Cpers espera que o setor pedagógico da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) assegure a autonomia para a gestão democrática realizar o seu calendário escolar conforme as determinações do CEEEd-RS.

## Quarentena é ampliada

O governo estadual ampliou, por meio de decreto publicado em 31 de março, o período de quarentena até 30 de abril para todas as instituições de ensino do estado. O prazo anterior era o dia 13. Em reunião, as instituições privadas se comprometeram em cumprir o tempo determinado pelo governo estadual. O Sindicato das Escolas e Instituições Privadas de Ensino (Sinepe/RS) já emitiu nota, reafirmando a posição.

## Curso de saúde

Ainda de acordo com o texto da Medida Provisória da Educação, para os cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, a instituição de educação superior poderá abreviar a duração "desde que o aluno, observadas as regras a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino, cumpra, no mínimo, 75% da carga horária do internato do curso de Medicina ou 75% da carga horária do estágio curricular obrigatório dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia.



OS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO CONTAM COM

# Assessoria Jurídica

CÍVEL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA EM UM SÓ LUGAR.

Av. Getúlio Vargas 1157, sala 1412, Menino Deus, Porto Alegre-RS  
Telefone: (51) 3237.2791 Whatsapp: (51) 98060.3579







# Depressão econômica será inevitável

por César Fraga

*Praticamente consenso entre especialistas, a pandemia do novo coronavírus não só afeta a saúde das pessoas, mas também a forma como governos, sociedades e a economia se relacionam. Uma das consequências de curto e médio prazos inevitáveis será uma profunda depressão econômica mundial que envolverá também o Brasil, queira o governo de Jair Bolsonaro ou não. Resta saber como reagirá este mesmo governo que defende o Estado mínimo, diante de emergências que exigem Estado forte. “Hoje, dane-se o Estado mínimo, você precisa gastar e é preciso errar pelo lado do excesso”, afirma a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Instituto Peterson de Economia Internacional e professora da Universidade Johns Hopkins, em Washington. Para ela, não é hora de pregar a calma e a serenidade, “o momento é de urgência”, alerta em seu Twitter, ao cobrar decisões rápidas de autoridades diante do quadro inédito pelo qual passam o Brasil e os demais países. Ela tem mobilizado boa parte da comunidade econômica em torno de soluções, propostas e pressão às autoridades, liderando um debate entre as principais cabeças da economia brasileira*



**D**e Bolle critica a condução do ministro de Economia, o liberal Paulo Guedes, para enfrentar a crise e avalia que ao invés de tentar acalmar o mercado financeiro, o chefe da pasta deveria estar solucionando os pro-

blemas dos milhões de brasileiros que já não têm como se sustentar. Ela vem criticando diariamente em suas redes sociais a postura de negação do presidente Jair Bolsonaro, que tenta minimizar a pandemia e quer afrouxar as regras de

quarentena. Esse comportamento, adverte, pode degenerar para uma situação "de absoluta instabilidade social e institucional". A economista é categórica, se você não aplicar o isolamento social e deixar a epidemia correr solta,

como já vimos em Nova York, onde o sistema de saúde entrou em colapso e a economia degingolou junto, "não há como evitar o colapso econômico, ele vem na mesma forma, na verdade vem pior", explica. (Leia também na página)

## Crise já vinha de antes da pandemia

Alerta semelhante já fazia desde o começo da pandemia o professor titular de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Luis Fiori. Segundo ele, a crise econômica já vinha acontecendo muito antes e independentemente do coronavírus e só tende a se aprofundar por conta da pandemia, da guerra de preços do petróleo e da recessão mundial que deverá ocorrer, piorando ainda mais a situação. "De forma que hoje, a única dúvida que existe é se o desastre à frente assumirá a forma de uma estagnação prolongada, acompanhada da destruição da indústria e de seu mercado de trabalho, ou a forma pura e simples

de um colapso, com a desintegração progressiva da infraestrutura, dos serviços públicos e do próprio tecido social", questiona.

Fiori destaca que essa realidade se reflete no crescimento pífio do PIB brasileiro dos últimos três anos e mais ainda no declínio continuado da taxa de investimento da economia, que era de 20,9% em 2013, e que hoje é de 15,4%, a despeito do *impeachment* de Dilma Rousseff – que ele define como "golpe de Estado" –, da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e das privatizações. "Ao contrário do prometido, a economia não só não cresceu como aumenta a cada dia a fuga de capitais, que só nos primei-

ros meses de 2020 já é maior do que em todo o ano de 2019. A esperança depositada nos investidores internacionais também esmaeceu com a notícia de que, em 2019, o Brasil simplesmente desapareceu do Índice Global de Confiança para Investimento Estrangeiro, da consultoria americana Kearney, que indica os 25 países mais atraentes para os investidores internacionais. O mesmo ranking em que o Brasil ocupava a terceira posição nos anos de 2012 e 2013, tendo caído para o 25º em 2018, e do qual foi simplesmente eliminado na hora das grandes reformas ultraliberais de Paulo Guedes que supostamente iriam atrair os grandes investidores internacionais.

Esse quadro só deve piorar com a nova crise econômica mundial que se anuncia, com o avanço da pandemia do coronavírus e com o início de uma nova guerra de preços na indústria do petróleo. As agências financeiras privadas e os organismos internacionais já estão prevendo uma redução do investimento global na ordem de 15%, e uma queda do PIB mundial na ordem de 1,9%, com a possibilidade de uma recessão mundial no primeiro semestre de 2020, que pode prolongar-se no segundo semestre, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Neste momento, o que domina é o pânico e a incerteza, mas o pior ainda pode estar por vir.

## Modelos de isolamento colocam capitalismo em xeque

Justamente por isso, tanto as medidas de contenção da Covid-19 quanto suas consequências econômicas têm sido alvo de disputa política dentro e fora do governo. Isso ocorre a poucos meses das eleições municipais e a menos de dois anos das eleições gerais.

A maior expressão dessa disputa é a polarização entre defensores do isolamento vertical (Herd Immunity ou imunidade do rebanho) e o isolamento horizontal (Social Distancing ou afastamento social).

O distanciamento vertical foi defendido inicialmente por Donald Trump, nos EUA, e Boris Johnson, na Inglaterra. Ambos cederam ao isolamento horizontal ante as tragédias ocorridas na Espanha e Itália, principalmente, por subestimarem a pandemia e acabarem com seus sistemas de saúde colapsados. O resultado foram milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas.

Porém, no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, na contramão da tendência global, segue defendendo o isolamento vertical, ape-

sar das experiências fracassadas no exterior, contrariando todas as orientações da OMS e do seu próprio Ministério da Saúde.

Essa defesa isolada encontra apoio de seguidores mais fanáticos e tem operacionalidade no "escritório do ódio" que funciona próximo ao gabinete do presidente, comandado pelo seu filho Carlos Bolsonaro, vereador do Rio de Janeiro, dublê de ministro informal da propaganda bolsonarista e cosplay tupiniquim de Goebbels. O próprio mentor de Carlos, o estrategista de guerra híbrida Steve Bannon, já abandonou a ideia de confinamento vertical seletivo e defende o afastamento social como melhor medida tanto para a saúde como para a economia pós-pandêmica.

Somada ao constante conflito entre modelos de isolamento, a política econômica do governo adota medidas que além de demoradas na implementação são consideradas ineficazes ou ineficientes. Entre elas, as medidas provisórias editadas, que em sua maioria de-

sonaram empresas, retirando direitos dos trabalhadores, quando deveriam estar, conforme estudos tanto de setores empresariais, economistas de várias correntes e sindicatos, investindo as reservas do Tesouro Nacional na manutenção de empregos, como defendem as principais centrais sindicais do país. Segundo dados do Banco Central, existem reservas de

R\$ 1,5 trilhão. Conforme proposta do Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese), uma pequena parte dessa reserva precisa ser convertida em um fundo nacional de R\$ 70 a R\$ 80 bilhões, que seria suficiente para socorrer empresas que não fazem parte dos serviços essenciais para manter empregos, minimizando os efeitos da crise.



Gabinete do ódio: Carlos Bolsonaro, filho do presidente e vereador do Rio de Janeiro, atua como dublê de ministro informal da propaganda bolsonarista e cosplay tupiniquim de Goebbels



## Momento histórico indica mudança

Para o historiador e especialista em relações internacionais Fernando Horta, o coronavírus mostra que o capitalismo não consegue prever as coisas. O que o capitalismo prevê é o quanto de mais-valia ele vai extrair do trabalhador no próximo ano. Mas ele não tem como prever o resto. E o mundo existe além disso. E quanto ao Ministério do Trabalho, faz muita falta sim. Agora, por exemplo, seria o momento do Ministério do Trabalho estar atuante na busca de soluções e ajudando o planejamento das respostas para compensação aos trabalhadores.

Para ele, os pronunciamentos e escolhas do presidente Jair Bolsonaro evidenciam a ênfase na "economia" e o pouco caso que faz das vidas que "serão perdidas".

Horta garante que o mundo está vivendo um momento histórico do início de uma profunda modificação. Isso se dá porque os modelos políticos e econômicos da forma como

são hoje não conseguem suprir minimamente as necessidades das pessoas. Isso teria se "agudizado" com a precariedade estrutural com que o mundo foi pego pela pandemia de Covid-19. "Vivemos um momento de mudança como a que ocorreu entre as duas grandes guerras do século 20, mas se essas mudanças serão benéficas ou não é difícil de saber".

Segundo ele, há uma disputa no mundo capitalista ocidental entre os dois modelos Herd Immunity e Social Distancing, mas nenhum dos dois contempla com medidas econômicas as camadas mais pobres da população que, por serem insuficientes, estão mais expostas ao caos social e a situações de "violência extrema".

Ele destaca que existe uma disputa ideológica pelas alternativas científicas já testadas apresentadas pelas experiências chinesa, sul-coreana e cubana, mesmo elas sendo consideradas modelares pela Organização Mundial da



Comércio fechado na Avenida Paulista durante a quarentena

Saúde (OMS). "Basta comparar os hospitais de tijolos na China e as tendas militares dos hospitais de campanha no Brasil".

Para ele, há uma insuficiência do capitalismo liberal em dar respostas a crises como essa e um medo muito grande do mundo ocidental de que a China se apresente como modelo. Para Horta, os ataques dos filhos de Bolsonaro à China, em conjunto com os pronunciamentos

e escolhas do presidente pelo confinamento vertical e seletivo, na contaminação da ciência, evidenciando, mesmo que de forma equivocada, a "economia" e fazendo pouco caso das vidas que "serão perdidas", são claramente ideológicos.

"O que é mais apavorante é que haja tantas pessoas alienadas que ainda apoiam esse tipo de projeto que, em tudo, se assemelha ao pensamento nazista", sintetiza.

## Corte de salários aprofunda recessão

No momento em que o governo Jair Bolsonaro, por meio de sua equipe econômica capitaneada por Paulo Guedes, escolheu cortar salários sob alegação de manter empregos, acabou pisando no acelerador da recessão e do aprofundamento da já inevitável depressão mundial decorrente da pandemia do novo coronavírus. Ao menos é isso que alerta diariamente a economista Mônica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), de Washington. Mônica, desde o começo da pandemia, a partir de sua residência em Washington (DC), nos EUA, vem usando o Twitter e demais redes sociais e toda a influência política de que dispõe para mobilizar a comunidade econômica brasileira em torno de propostas de forma a pressionar governo e o Congresso a injetar capital em empresas, trabalhadores formais e informais e como proteger o sistema bancário de forma a atenuar uma crise inevitável.

Egressa das hostes liberais do PSDB, em 2014, ela traduziu para

o Brasil o revolucionário *O Capital do Século 21*, de Thomas Piketty, que denuncia de forma contundente a concentração de riqueza nos bolsos de 1% de famílias ricas do mundo, demonstrando a hereditariedade do capital.

Para De Bolle, por exemplo, a publicação da Medida Provisória nº 936/2020, que permite a redução de salários e de jornada em até 70%, apesar do alegado "socorro ao trabalhador formal", é um erro. "O governo está dando um tiro no pé e abrindo caminho para matar empregos e empresas, pois alimentará uma depressão econômica muito pior do que estava sendo prevista". A MP 936 seguirá o novo rito de tramitação das medidas provisórias definido pelo Congresso Nacional em virtude da situação de calamidade pública que prevê a apreciação do Congresso em até 16 dias a partir do dia 2 de abril, quando começou a vigorar.

De Bolle faz críticas abertas a Guedes e diz que o ministro "não é um *chicago boy* de verdade", porque, se fosse, não seria tão relutante com o tema da "manu-

tenção da renda mínima para a população", num momento de crise profunda. A renda mínima, segundo ela, é consenso entre economistas de direita, de centro e de esquerda e foi um conceito criado por Milton Friedman, um dos pais do novo liberalismo. Mônica afirma que a nova medida contém falhas conceituais no que se entende como macroeconomia. Ou seja, a MP 936, além de não ajudar a combater a crise financeira que está sendo formada pela pandemia, vai atrapalhar.

"Essa MP 936 está cheia de problemas pelo risco que ela propõe à economia. Ela pode ser extremamente danosa para as pessoas e para a economia como um todo, porque vai reduzir a massa salarial da maioria dos trabalhadores formais e criar um ambiente deflacionário e que não vai contribuir para a retomada da atividade", adverte.

Em um dos muitos vídeos que produziu para seu canal no YouTube, ela explica pedagogicamente: "Sabemos que 70% dos trabalhadores formais afetados pela medida ganham até três salários

mínimos (R\$ 3,1 mil), que já é uma renda "muito baixa", devem sofrer uma diminuição nos rendimentos em até 30%. "Um achatamento da massa salarial dessa magnitude pode ter efeitos danosos para a macroeconomia, porque não haverá espaço para uma reação da atividade", alertou. Segundo a economista, especialista no estudo de crises financeiras, em uma situação de deflação todos os preços caem de forma generalizada devido à forte retração na demanda porque a massa salarial está sendo comprimida. Fatalmente, o país pode ter uma situação de depressão econômica.

Em resumo, a principal medida do governo para conter a crise, a MP 936, acabará por ter "efeitos perversos" na economia. "Ela confirma o fato de que a equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, não está sabendo como lidar com essa crise e, muito menos, está preparada. Essa medida é muito grave e mostra o desconhecimento dos dados e como isso vai afetar as pessoas e as empresas de maneira geral".





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Coronavírus: o ano que pode mudar radicalmente as nossas vidas

*As economias capitalistas contemporâneas são até 80% impulsionadas por um padrão consumista que está ruindo agora com a pandemia do coronavírus. A pandemia também escancara a divisão de classes e o desmonte dos sistemas de saúde pública em diversos países*



Arte: Bolsa de Valores de Nova York / Reprodução Twitter

Nada será como antes depois da pandemia que, em poucos meses, vem alterando não só a vida econômica, mas as formas de vida cotidiana de milhões de pessoas no mundo inteiro

A Covid-19 provocou uma quebra generalizada e feriu profundamente o coração desse sistema, que está implodindo por todas as partes do mundo. A única coisa que pode salvá-lo é uma nova onda de consumismo de massa financiado e incentivado pelos governos, pelo Estado. A avaliação é do geógrafo e pensador marxista inglês David Harvey, ao avaliar o impacto devastador que o coronavírus já provocou na economia global. Como outros analistas vêm destacando, nada será como antes depois da pandemia que, em poucos meses, vem alterando não só a vida econômica, mas as formas de vida cotidiana de milhões de pessoas no mundo inteiro.

O fato de ter se manifestado primeiramente na China, assi-

nala David Harvey em um artigo intitulado *Política anticapitalista em tempos de Covid-19*, terá consequências sobre o que virá depois da pandemia, especialmente no terreno econômico. Segunda maior economia do mundo, a China desempenhou um papel fundamental para a recuperação do capitalismo global após a crise de 2007-2008. "Qualquer impacto sobre a economia da China teria sérias consequências para uma economia global que já estava em péssimas condições. O movimento de acumulação de capital já estava com muitos problemas", escreve Harvey. Após o coronavírus, a gravidade desses problemas atingiu outro patamar.

Os efeitos econômicos estão agora fora de controle, tanto

dentro da China como fora dela, acrescenta. A ruptura de cadeias produtivas inteiras implicará, entre outras coisas, redução abrupta dos níveis de consumo e demissões de trabalhadores. Ele cita o caso do turismo internacional, apontando-o como emblemático: "Este local de acumulação capitalista está morto; as companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa no setor hoteleiro é iminente". Além disso, observa Harvey, há um vasto exército de trabalhadores *uberizados* e de outras formas de trabalho precário que está sendo dispensado sem nenhuma forma de proteção ou apoio.

O impacto sobre a maior economia do planeta será dramático, prevê. E a saída passará longe do

receituário neoliberal que virou mantra nas últimas décadas por todo mundo. Pelo contrário, demandará a presença do Estado numa dimensão não vista desde a Grande Depressão do início do século 20. Essa crise, aponta o pensador, exigirá a socialização de praticamente toda a economia dos Estados Unidos, sem que isso seja chamado de socialismo. Com a economia da China também debilitada, assinala, as únicas políticas que funcionarão para a recuperação da maior economia mundial serão muito mais socialistas do que qualquer coisa que o senador Bernie Sanders tivesse proposto até aqui. E a grande ironia é que esses programas de resgate terão que iniciar ainda no governo de Donald Trump.

## Abrindo a caixa de pandora

Na mesma direção, Mike Davis, escritor, ativista e professor na Universidade da Califórnia, diz que a pandemia do coronavírus abriu a caixa de Pandora e o sistema econômico dominante no planeta está tornando tudo pior. No artigo intitulado *A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo*, Davis preconiza que a pandemia vai expor a natureza e as consequências do desmonte do sistema público de

saúde em vários países, pelas políticas neoliberais, em especial, nos Estados Unidos. "Os departamentos de saúde locais e estaduais – a primeira linha vital de defesa – têm hoje 25% menos pessoal do que tinham há 12 anos. Estamos nos estágios iniciais de uma versão médica do Furacão Katrina", escreve.

O coronavírus, acrescenta Davis, evidenciou instantaneamente a divisão de classes na saúde dos

Estados Unidos. "Aqueles com bons planos de saúde que também podem trabalhar de casa estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudentes. Enquanto isso, milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos". Essa é a realidade de outros países também, entre eles o Brasil, onde as recomendações para medidas

básicas de higiene como lavar as mãos esbarram, por exemplo, na falta de acesso à água para alguns milhões de pessoas.

Esse texto, provavelmente, envelhecerá rápido. Talvez, quando você esteja lendo essas palavras, a realidade já tenha superado essas previsões pessimistas. Tomara que sim. O que se pode afirmar, por outro lado, é que 2020 pode ser o ano que vai mudar radicalmente as nossas vidas.



# Saneamento precário: risco de contaminação da água consumida pela população

por Marcelo Menna Barreto

*A pandemia de Covid-19 começa a mostrar com mais clareza algo que só especialistas e as populações impactadas conheciam. A falta de saneamento básico e a má distribuição de água no país assustam. São 31 milhões de brasileiros que não têm acesso a uma rede geral de distribuição de água e a falta de acesso à água potável é uma realidade nas grandes favelas como a Rocinha, no Rio, ou Paraísopolis, em São Paulo. Praticamente impedidos de se precaver do novo coronavírus usando água e sabão com frequência, milhares de pessoas no país sofrem de doenças infecciosas como malária e dengue. Estudo apresentado no 30º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) revela que a água consumida pelos brasileiros é passível de contaminação por protozoários, organismos resistentes ao cloro*

Entre as maiores conquistas de saúde pública da história da humanidade, o saneamento básico e o abastecimento de água potável estão em xeque no Brasil. Uma pesquisa apresentada no 30º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) por cinco pesquisadores do Rio Grande do Sul revela um grande risco de contaminação da água que é consumida pela população com *giardia* e *cryptosporidium*, micro-organismos imunes à ação do cloro e de outras substâncias utilizadas no tratamento da água no estado.

Coordenado e apresentado pelo engenheiro químico Luciano

Zini, o estudo aponta que a água dita potável pode apresentar uma maior contaminação em outros estados. De acordo com o pesquisador, a possibilidade de contaminação da água por protozoários é um problema de saúde pública extremamente grave, pois pode levar à morte de pessoas. Apesar disso, até agora não havia um levantamento minucioso apontando a presença desses micro-organismos na água que abastece os municípios gaúchos. Essa é a primeira publicação a respeito com os dados nacionais do setor de Saúde, fora uma ou outra iniciativa restrita ao ambiente acadêmico.

O estudo aponta que, dependendo das condições de abasteci-

mento de água potável, saneamento e higiene, agentes causadores de doenças de veiculação hídrica como vírus, bactérias e protozoários podem ser transmitidos. E escancara uma realidade nacional: o processo de coleta e saneamento no Brasil é eficaz na questão bacteriológica, mas o mesmo não acontece com tanta eficácia na eliminação de protozoários.

Ao contrário das bactérias, que também são micro-organismos, os protozoários são resistentes à destruição por cloro. Eles não morrem e só podem ser removidos da água com a ajuda de uma barreira física para impedir que passem para a água tratada. "Eles são removidos posteriormente no processo de fil-

tração", explica. Mestre e doutorando em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Zini integrou o último processo de revisão do padrão nacional de potabilidade no grupo de químicos como representante de todas as secretarias estaduais de Saúde via Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Segundo ele, o nível elevado de contaminação da água é um obstáculo à utilização da barreira física: "o que dificulta a retirada é a qualidade da água bruta, o não tratamento do esgoto, as estiagens que aumentam, as concentrações de poluentes nos mananciais e os resíduos da pecuária lançados nos mananciais", pontua.





Captação de água da Sabesp no Sistema Cantareira, que abastece uma população de 9 milhões no estado de São Paulo

## Da diarreia à letalidade

Os principais causadores de diarreias em crianças com menos de cinco anos de idade são os protozoários *giardia duodenalis* e *cryptosporidium parvum*. *Giardiase* e *criptosporidiose* são as zoonoses causadas por esses micro-organismos. No estudo, os pesquisadores gaúchos apontam a observação do aumento expressivo no número de casos. E a disseminação está principalmente vinculada “à falta de tratamento de esgoto e de dejetos das atividades pecuárias intensivas”, diz o documento. No conjunto do estado, atualmente, apenas 41,43% do esgoto é tratado.

Mas essa realidade não é uma mazela apenas gaúcha e brasileira. Em todo o mundo, nos últimos 28 anos, ocorreram 524 surtos em que a água destinada ao consumo humano foi a fonte de contaminação. Nesses episódios, *giardia spp.* e *cryptosporidium spp.* também foram os principais agentes identificados.

No caso de situações de diarreia, um fato preocupa. Muitas pessoas nessa condição esperam a cura natural da doença e só procuram auxílio em uma clínica ou posto de saúde caso o sintoma dure mais de um dia. Como na maioria dos casos os médicos não solicitam

exames, o sistema de saúde fica sem dados importantes. Mais exatamente, “sem saber qual o agente etiológico, patogênico” originou a moléstia, afirma Zini. Muito possivelmente a água contaminada é um dos principais fatores dessas diarreias e a falta de informações que esses exames deveriam apontar pode ser até letal, destaca. “Uma pessoa com HIV sem tratamento, no estágio da Aids, pode vir a óbito sem nem saber o real motivo” compara. Outras parcelas da população também podem ser afetadas. São os casos de crianças, idosos e transplantados que correm o mesmo sério risco de morte.



Foto: Tonico Alvares/CMPA

Zini coordenou pesquisa que aponta potencial de contaminação da água



# Um sistema sendo estrangulado

Os projetos das estações de tratamento no Brasil são das décadas de 1970 e 1980, fomentados basicamente pelo Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que foi um modelo centralizado de financiamento de investimentos em saneamento básico. Desde então, não houve grandes alterações no setor.

Para o engenheiro civil Rafael Kopschitz Xavier Bastos, professor titular da Universidade Federal de Viçosa (MG), até o Planasa o saneamento do Brasil "era exercido de uma forma um tanto quanto fragmentado e pulverizado". O modelo construído, na ocasião, pautou a criação das companhias estaduais de saneamento em todos os estados do país.

Um dos maiores especialistas no setor do tratamento e qualidade da água para consumo humano, Bastos ressalva, no entanto, que no período militar "naturalmente os processos não eram transparentes e democráticos". O modelo foi imposto, rememora. "As companhias estaduais e a lógica do

subsídio cruzado precisavam dos grandes sistemas". Subsídio cruzado é aquele em que as grandes cidades, que são superavitárias, financiam solidariamente obras nos pequenos, deficitários.

O regime da época trabalhou para estrangular as cidades que não aderiram ao plano, que não entregaram as suas concessões para as novas companhias estaduais. "Durante anos, não tinham acesso a financiamento, por exemplo", diz ao lembrar que poucos municípios permaneceram com as suas empresas de saneamento.

Para o professor que contribuiu na estruturação e consolidação da Vigilância em Saúde Ambiental no Brasil, se o Planasa apresentou avanços para o abastecimento de água nas cidades, negligenciou, porém, os serviços de esgoto. "Isso criou um descompasso enorme entre a infraestrutura hoje existente de abastecimento de água e a estrutura tão precária de tratamento de esgoto", explica. Ele lembra que o "ocaso do Planasa"



Foto: Comusa/PMNH/Divulgação

Entrada de água bruta na Estação de Tratamento da Comusa, em Novo Hamburgo

começou exatamente no final do período ditatorial, especialmente com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), que era uma das fontes de financiamento.

O presidente nacional da Abes, Roberval Tavares de Souza, concorda que houve um vácuo entre o final do Planasa e o surgimento da atual

legislação do saneamento promulgada em 2007. "O grande problema é que as linhas de financiamento ficaram pouco acessíveis", aponta. No começo dos anos 2000, "tivemos a colocação de muito dinheiro na praça", mas muitas empresas de saneamento não tinham condições de acessar esses recursos, recorda.

# Mananciais devem ser protegidos

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da Ufrgs, o professor Antônio Domingues Benetti diz que as fontes de abastecimento de água devem

ser protegidas da contaminação. Entretanto, "nas principais cidades do Brasil, esta proteção não ocorre, porque menos de 50% dos esgotos domésticos são tratados". Por isso, os mananciais de água

acabam poluídos por microrganismos patogênicos, matéria orgânica que consome oxigênio dissolvido da água, detergentes e nutrientes (nitrogênio e fósforo) que fertilizam a água favorecendo as florações de algas e cianobactérias.

São essas florações que produzem compostos que causam gosto e odor na água tratada além de, algumas vezes, toxinas. "Pode-se dizer que quanto mais contaminado está o manancial de água, maior é o risco para a qualidade da água tratada para consumo humano", constata.

Doutor em Engenharia Ambiental pela Cornell University (EUA) e pós-doutor em Engenharia de Processos no Swiss Federal Institute of Aquatic Science and Technology (Suíça), Benetti diz que "a maior parte dos resíduos industriais no Brasil já tem tratamento de acordo com as exigências dos órgãos ambientais nos processos de li-



Foto: Acervo Pessoal

Benetti: o país tem 13,3 milhões de crianças e adolescentes vivendo em habitações com disposição de esgotos em valas a céu aberto e 7,7 milhões sem acesso à água potável

cenciamento das empresas". Por outro lado, o professor contabiliza que o país deixa 13,3 milhões de crianças e adolescentes vivendo em habitações com disposição de esgotos em valas a céu aberto e 7,7 milhões sem acesso à água potável. "Muitas doenças e leitos do SUS são ocupados por pacientes com doenças relacionadas à água contaminada".



Foto: ETE Onça/Divulgação

A ETE Onça é responsável pelo tratamento do esgoto de aproximadamente 1 milhão de pessoas, com cerca de 3.500 Km de rede coletora e despoluindo as águas da Bacia do Onça em Minas Gerais



# Marco regulatório abre caminho ao setor privado

Em meio às sérias discussões sobre a qualidade e o grau de potabilidade da água que é oferecida à população brasileira, em dezembro de 2019 a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei que altera o marco regulatório do saneamento básico no Brasil. Para a Abes, o texto que agora está no Senado não garante a meta de universalização do saneamento no país, mas somente a privatização de um setor vital para o bem-estar da população. Roberval Tavares de Souza, presidente da entidade, afirma que o novo marco que o governo Bolsonaro apresenta vai privilegiar a entrada de empresas privadas na operação dentro de uma lógica que ele considera equivocada: “tudo o que é feito por empresas públicas não presta e, portanto, é preciso ser trocado”, destaca.

É nesse ponto que há a grande divergência de entidades do setor do saneamento com o governo. “Não importa se é público ou privado, tem que ser eficiente”, ressalta. Tavares afirma que o cidadão não quer saber se o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto são feitos por uma empresa pública ou privada.

“Ele quer ter água diariamente, quer que se respeite o meio ambiente e que pague por uma tarifa justa”, explica, lembrando que o Brasil tem “belos exemplos” de empresas públicas que fazem esse papel corretamente.

Concretamente, o receio da Abes é que o resultado da discussão que o governo federal “levou a ferro e fogo”, diz Tavares, não vá dar certo. “A lei está sendo mudada, mas não garante a eficiência”, denuncia.

Para a Abes, a lógica que hoje é executada pelas empresas estaduais está sendo deteriorada. Não é por menos que a grande polêmica na votação que aprovou o projeto de lei do governo foi o fim dos contratos de programa que deixa aos municípios a responsabilidade da retomada dos serviços ou a licitação deles para a concorrência. Contrato de programa é um mecanismo de cooperação previsto na Constituição. Através dele, os municípios podem conveniar com os estados para que as empresas públicas de saneamento operem seus serviços de água e esgoto sanitário.

Assim, a espinha dorsal que existe hoje está sendo exterminada

Foto: Abes/Divulgação



Roberval Tavares de Souza, presidente nacional da Abes

da pelo governo. “Nós podemos ter uma situação onde o privado vai executar obras em cidades grandes e vai deixar cidades pequenas ao relento”, alerta Tavares, citando os estados do Tocantins e Amazonas. Nesses estados, na parte dos serviços que foram para empresas privadas só ocorreram obras em cidades grandes. Isso acabou prejudicando todos os demais municípios pequenos.

Acreditando que o eixo central da proposta de novo marco regulatório para o saneamento nacional será mantido no Congresso, o

presidente da Abes lamenta: “não é com esse texto de lei que nós vamos chegar na universalização”. Na busca da chamada universalização, a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) é oferecer saneamento básico a toda a população até o ano de 2033. Com os meios de financiamento e recursos diretos da União caindo a cada ano, em especial nos últimos quatro, segundo o Sistema Nacional de Informação de Saneamento, o presidente da Abes deixa claro: “Falta vontade política pra querer resolver essa questão”.

**ACREDITE NOS SEUS SONHOS.**  
Renda para o futuro que você merece.

**INGRESSE AGORA**  
**(51) 99335. 2387**  
[www.sinprorsprevidencia.com.br](http://www.sinprorsprevidencia.com.br)

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**SINPRORS**  
PREVIDÊNCIA

**FUNDACÃO FAMÍLIA**  
PREVIDÊNCIA



# Quarentena impõe teletrabalho aos professores

*Com a perspectiva de que a suspensão das aulas presenciais não dispensa os professores do cumprimento de demandas que objetivem a continuidade das atividades letivas, os professores da educação básica do ensino privado se desafiam, desde a metade do mês de março, à prática diária de aulas e trabalhos virtuais com os estudantes durante o confinamento pela pandemia de coronavírus*



Foto: Igor Sperotto

Rede Marista foi uma das primeiras a parar

por Valéria Ochôa

**F**oram duas semanas entre o anúncio das primeiras contaminações pelo novo coronavírus no Brasil, em final de fevereiro, e a opção dos agentes da saúde pelo isolamento social como forma de minimizar ao máximo a disseminação do vírus e preservar a saúde da população.

Já na metade da segunda semana de março, instituições de ensino privado atenderam ao apelo dos órgãos de saúde pela suspensão das aulas, orientando seus milhares de alunos a ficarem em casa. Foi o caso inicial, por exemplo, das grandes redes de ensino, como Marista, Las-salista e Dohms, e de colégios como o João XXIII e Israelita, em Porto Alegre, seguidas pelas demais instituições.

Em sintonia com as recomendações e orientações dos órgãos de saúde, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) fez um apelo a todas as representações patronais (Sinepe/RS, Comung, governo do Estado, Sindepar, Sindiomias e Sindicreches) sobre a importância do confinamento também para os professores. "Ainda havia resistência de algumas instituições neste sentido", destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

## Trabalho intenso e muitas dúvidas

"Assim que a estratégia do país com a chegada da pandemia começou a ser implementada para minimizar seu impacto na população, passamos a tratar com os sindicatos patronais, o governo do Estado e o Conselho Estadual de Educação também sobre as implicações trabalhistas e o cumprimento das atividades letivas dentro desta nova realidade", conta Cecília.

A dirigente sindical diz que esta realidade excepcional está sendo muito desafiadora para os professores, que, ao mesmo tempo em que vivenciam com suas famílias todas as situações provocadas pela crise sanitária, medo da doença e insegurança financeira, fazem toda adaptação de conteúdos para a sistemática de teletrabalho.

"Mesmo para as grandes redes, que já têm seus sistemas implemen-

Se a orientação para o confinamento em março preocupou a comunidade escolar em relação ao cumprimento do ano letivo (200 dias e 800 horas), a instabilidade aumentou com o decreto do governador Eduardo Leite determinando a ampliação do isolamento social para até 30 de abril. Ou seja, 45 dias sem aulas presenciais e todas as implicações de uma pandemia, que já estava matando centenas de pessoas por dia na Itália, Espanha e, logo, nos Estados Unidos.

No dia 31 de março, o Sindicato dos Professores foi a público, em *Apedido* veiculado no jornal *Zero Hora*, destacando para a sociedade gaúcha o trabalho dos professores. "A dedicação dos docentes é grande para adaptar conteúdo, gravar aulas, interagir com os alunos a distância e preservar os processos pedagógicos para manter a qualidade do ensino", afirma o Sindicato.

A manifestação pública também criticou o início de alguns movimentos para a redução das mensalidades e o não pagamento dos salários aos professores. "São discursos falaciosos", assegurou. E lembrou a determinação do Conselho Estadual em considerar o teletrabalho como atividades letivas.

tados, porém utilizados para questões mais pontuais, as primeiras semanas foram muito tensas", revela.

Segundo ela, os relatos mais frequentes dos professores expressam um volume de trabalho para além da carga horária contratada, o não fornecimento de equipamento por parte da instituição e o excesso de demandas.

A sindicalista ainda destaca o contexto dos colégios menores, que não contavam com sistemas implantados. "O Sinpro/RS está procurando acompanhar caso a caso". E destaca: "Estamos todos vivendo uma situação inusitada no país e no mundo. É grave. Os professores também estão abalados e tendo que se adaptar à realidade, assim como os estudantes e suas famílias".

# Sinpro/RS pede a prorrogação das Convenções Coletivas de Trabalho 2019 da educação básica e superior

A orientação para o isolamento social chegou ao Rio Grande do Sul no início das tratativas coletivas do Sinpro/RS com o Sindicato patronal (Sinepe/RS) para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) da educação básica e da educação superior. A data-base dos segmentos é 1º de março. Apenas duas reuniões foram realizadas até a interrupção das tratativas, solicitada pelo Sinepe/RS.

“O Sinpro/RS encaminhou ao Sindicato patronal proposta para que as Convenções Coletivas de 2019 fossem prorrogadas até a conclusão das negociações deste ano, pós-pandemia”, informa Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS.

No documento enviado ao Sinepe/RS, o Sinpro/RS também reivindicou a dispensa imediata do comparecimento dos professores e dos técnicos e administrativos, ressalvada a manutenção das atividades estritamente essenciais, pelo período necessário para a realização destas; a possibilidade de adoção de turno único para estas atividades essenciais, evitando-se o deslocamento dos técnicos e administrativos no período considerado de pico; e a viabilidade de trabalho remoto (em casa) para as atividades em que seja possível utilizar esta ferramenta, com fornecimento de equipamento por parte da instituição e a manutenção integral da remuneração, sem a necessidade de compensação de horas não trabalhadas.

**EDUCAÇÃO INFANTIL** – O segmento das instituições de ensino que ofertam exclusivamente a educação infantil (zero a seis anos) foi mais impactado pelo confinamento social, pois tem pouca opção do trabalho remoto (teletrabalho). “Com a equivocada orientação do Procon do Rio Grande do Sul, muitas famílias deixaram de pagar as mensalidades ou entraram com pedido de redução do valor e isto complica bastante a situação”, explica Margot Andras, dirigente do Sinpro/RS. “Estamos negociando um acordo coletivo com um grupo de escolas para que preservem os empregos e os salários dos professores”.

**SINDIOMAS** – Os professores aprovaram proposta de acordo coletivo negociada entre Sinpro/RS e o Sindicato patronal dos cursos de idiomas (Sindiomas), com vigência provisória, que normatiza medidas



Foto: Igor Sperotto



Educação superior (no alto) e educação básica na segunda rodada de negociações

a serem aplicadas aos contratos de trabalho dos professores deste segmento, em consequência da pandemia do Coronavírus. O acordo ressalta, ainda, que muito embora uma das alternativas previstas no ACT seja a possibilidade de redução salarial do professor, esta deverá ser proporcional à redução de carga horária procedida pelo empregador, limitada, em qualquer hipótese, a 50%, ficando assegurada, contudo, a “garantia de emprego” pelo período de vigência do acordo.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



## Benefício por incapacidade em momento de isolamento

O fenômeno atual, de isolamento e distanciamento social, é dirigido a todos, mas com maior atenção aos trabalhadores em idade avançada, acometidos por doenças ou mesmo em situação de risco, nos quais estão enquadrados aqueles com doenças graves (as chamadas comorbidades) e, para o caso do direito aos benefícios previdenciários por incapacidade, surge a questão acerca da prova da impossibilidade laboral.

A comprovação desta incapacidade que sempre exigiu a realização de perícia médica está dificultada na forma presencial. O INSS, como outros órgãos públicos, passou a prestar atendimento somente de forma não presencial.

Para aqueles que já estão no gozo das prestações devidas em face da incapacidade reconhecida anteriormente à pandemia, e que em algum momento deveriam ser submetidos a nova perícia médica, terão resguardado o direito à manutenção do benefício até o final da decretação do isolamento.

Os trabalhadores que, a contar da declaração de isolamento social, tornaram-se acometidos por doença incapacitante e, mesmo que inacessível o exercício de sua atividade laboral por conta do isolamento, têm direito ao benefício por incapacidade. A questão é: como buscar este benefício?

O acesso aos requerimentos deve se dar pelas vias remotas e virtuais

do INSS. O segurado deverá apresentar com o pedido todos os atestados, laudos e exames médicos. O documento médico deverá conter elementos essenciais, tais como o nome do segurado, informações da doença, CID, eventual prazo de duração da incapacidade, assinado por profissional médico (com o nome e credencial – especialidade, além do número do registro profissional) e não conter rasuras. Face à urgência e excepcionalidade do momento, a prova juntada quanto à incapacidade, e desde que cumprida a carência, seja concedida ao trabalhador a antecipação do valor devido ao benefício correspondente a um salário mínimo pelo prazo de 90 dias.

Trata-se de solução emergencial, nada obstando a via judicial para a concessão de benefício em patamar condizente com o resultado matemático dos valores efetivamente contribuídos. Porém, haverá a mesma restrição quanto à perícia presencial e, no caso de urgência, o pedido será apreciado mediante perícia indireta quanto à condição incapacitante do segurado.

Exceção expressa se dá para o trabalhador que está afastado do labor face ao acometimento da doença incapacitante decorrente do Covid-19, pois neste caso o empregador ficará dispensado quanto ao pagamento relativo aos primeiros 15 dias, sendo igualmente indispensável o rol de documentos para a prova da incapacitação e o indicativo da doença.



### Professores retomam atividades no IPA

Os professores do Centro Universitário Metodista (IPA) voltaram às atividades no dia 2 de abril após a instituição quitar o pagamento do salário de fevereiro aos docentes da instituição. Paralisados desde a última Assembleia, realizada no dia 9 de março, os docentes pediam a regularização dos pagamentos. A volta ao trabalho foi condicionada à quitação do salário de fevereiro.

Atrasos salariais têm sido uma constante no IPA. No dia 10 de fevereiro, os professores já haviam paralisado em função do não pagamento. Na época, a paralisação cobrava a quitação do salário de novembro, em atraso para metade dos professores, o vencimento de dezembro, o 13º e o 1/3 de férias, estes para todos os docentes.

Essas pendências seguem sem pagamento até o momento. "Esgotadas as possibilidades de acordos, sempre descumpridos, existe agora um comunicado da Rede Metodista para o pagamento, em oito parcelas, dos salários pendentes, a partir de maio. Manifestação que está merecendo pouco crédito dos professores atingidos", explica Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

**APOIO DOS ESTUDANTES** – Ainda em março, a paralisação

Foto: Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino



Atrasos no pagamento dos salários dos professores tem sido contantes no IPA

dos professores ganhou apoio dos estudantes do Centro Universitário, que emitiram uma carta de apoio aos docentes, além de realizarem atos nas dependências da instituição contra o não

pagamento dos trabalhadores e o desmonte dos cursos oferecidos pelo IPA. De acordo com Fuhr, a paralisação representou um ato de protesto e inconformidade com o desrespeito recorrente com os

professores e o sucateamento da instituição.

No dia 8 de abril, a instituição pagou metade do salário de março, com previsão de quitação ainda este mês.

#### ULBRA

### Justiça determina restabelecimento do pagamento aos professores demitidos

O desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Niwton Carpes da Silva, determinou, no dia 10 de março, o restabelecimento do pagamento das verbas rescisórias aos profes-

sores demitidos pela Ulbra.

Carpes, que também é relator da Recuperação Judicial (RJ) da Universidade, deferiu o pedido de antecipação de tutela no Agravo de Instrumento, ajuizado pelo Sinpro/RS e os

sindicatos de funcionários técnicos e administrativos, determinando o cumprimento dos Acordos Coletivos de Trabalho.

No dia 31 de março, após reuniões com o Sindicato para ajus-

tes e retomada do pagamento, a Aelbra, mantenedora da Ulbra, integralizou o pagamento de uma parcela aos demitidos. A instituição havia interrompido o pagamento do Acordo em dezembro.

#### SINPRO/RS

### Sindicato em atendimento virtual

As dúvidas quanto ao teletrabalho e às regras trabalhistas abarrotaram todos os canais de comunicação do Sinpro/RS, que também está em atendimento virtual (por fone, e-mail, videoconferência, redes sociais) em função da pandemia de coronavírus.

"Mudamos o formato do atendimento, não a atuação. Estamos juntos aos professores, buscando entender a complexidade do momento e lutando pela garantia dos seus direitos", afirma Cecília Farias, diretora do Sindicato.

Paralelo ao atendimento vir-

tual aos professores e à continuidade dos serviços (convênios de planos de saúde médico e odontológico, assistência jurídica, comunicação, cadastro etc.), segundo Cecília, o Sindicato também mantém suas frentes junto aos Conselhos de Educação (muni-

pais e estadual), ao movimento social e sindical e mesmo junto à Justiça e às esferas públicas, unindo esforços para garantir aos professores seus salários e empregos e estudar formas de contemplar o ano letivo com qualidade de ensino.



## TRABALHO

# MP 936 não deve ser aplicada aos professores

A Medida Provisória 936, publicada no dia 1º de abril pelo governo federal, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, prevê, entre outros pontos, a redução de carga horária e salários ou a suspensão do contrato de trabalho de diversos profissionais durante a pandemia de coronavírus em todo país. Porém, segundo parecer da assessoria jurídica do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), a MP 936 não tem aplicação válida no contrato de trabalho dos professores que atuam na educação básica e superior.

O parecer diz que a inaplicabilidade vem, principalmente, das características diferenciadas das ações que compõem a profissão de professores e a impossibilidade de submeter os contratos de trabalho dos docentes às regras previstas na MP, pois estes devem seguir ainda a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária mínima anual estabelecida na MP 934/2020, também publicada em 1º de abril.

A Medida 934 estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e da educação superior durante o período de quarentena, em enfrentamento à Covid-19. A MP 934 dispensa os estabelecimentos de ensino de educação básica, em caráter excepcional, da obrigatoriedade do cumprimento mínimo de 200 dias letivos, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou seja, o equivalente a 800 horas.

Diante disso, caso houvesse, por exemplo, a redução mínima prevista na Medida 936, de 25% de salário, haveria a mesma redução proporcional de carga horária, o que inviabilizaria o cumprimento das horas previstas na LDB e na MP 934.

**CONDIÇÃO DIFERENCIADA** – Foi por conta das conhecidas condições de vida singulares as quais os professores estão expostos, que a legislação enquadrava esta categoria profissional como diferenciada. “É esta a razão para o contrato de trabalho dos professores ter condições diferenciadas e normas específicas, como por exemplo, o cálculo da sua remuneração”, explica o advogado Marcelo Ott.

**EXCESSO DE TRABALHO** – “Os professores, frente às dificuldades da pandemia, tiveram que se desdobrar para, através de novas metodologias, manter o vínculo com seus alunos, mesmo que virtualmente, e continuar desenvolvendo seus planos de ensino. Eles são os grandes protagonistas neste processo. Não podem, portanto, ainda sofrer com a redução ou suspensão de seu salário”, pontua Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

**CONVENÇÕES COLETIVAS** – O diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr, salienta que existe uma insegurança jurídica neste momento por interpretações equivocadas das novas legislações. Ele lembra que o Sindicato vem, há muitos anos, firmando Convenções e Acordos Coletivos de trabalho que buscam impor maior segurança nas relações de trabalho dos professores. “O próprio texto das Convenções e Acordos Coletivos traz a possibilidade da redução de jornada e de trabalho, respeitadas as condicionantes previstas”, explica.

O parecer, como alternativa, orienta às intuições de ensino para a possibilidade de elaboração de um Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato. O documento normatizaria e traria segurança jurídica às alterações contratuais que possam ser aplicadas.

## EXERCÍCIO E BEM-ESTAR SEM SAIR DE CASA!

A Plataforma Somos Move disponibiliza informações, serviços e programação de atividades voltadas à promoção de mudanças no estilo de vida.

As atividades são exclusivas, elaboradas por profissionais de diversas áreas como nutrição, psicologia, fonoaudiologia e de educação física de várias especialidades: esporte e movimento, yoga, ginástica laboral e outros.

Novos conteúdos são desenvolvidos e adicionados mensalmente, como vídeos, cursos, planilhas de treinos, receitas, dietas, instruções e avaliações.

A PLATAFORMA SOMOS MOVE estimula hábitos saudáveis e é uma excelente maneira de você manter a prática regular de exercícios onde estiver.

**JUNTOS  
EM BUSCA  
DE MUDANÇAS  
POSITIVAS  
NO SEU ESTILO  
DE VIDA!**



Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS.

[www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor](http://www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor)





## Leveza, altruísmo e aprendizado

por Gilson Camargo

A atriz e professora de música Cristina Cabral Fernández escreveu, produziu e interpretou o monólogo cênico-musical *Guia nada prático para o amor* – uma reflexão sobre conflitos da alma feminina. O espetáculo propõe uma reflexão sobre a influência que a memória e as crenças relacionadas ao afeto exerce sobre a vida de cada um. “É uma peça de quebra-cabeças que revela histórias de encontros e desencontros em uma sociedade que condiciona a busca da felicidade à idealização do outro”, resume.

Professora de música para o ensino fundamental no Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre, ela explica que a paixão pelo teatro guarda uma profunda relação com a docência. “Embora a escrita do monólogo não tenha relação direta com as atividades em sala de aula, o desafio de manter a energia do público durante um espetáculo de 70 minutos certamente se assemelha às práticas utilizadas com os alunos para conduzir as atividades, mantendo a conexão constante com eles”, compara.

O monólogo estreou em 2018, “no acolhedor Bar do Nito”, e no ano seguinte foi contemplado com oito dias de espetáculos na Sala Álvaro Moreyra. Em 2020, antes do início do isolamento social devido à pandemia de coronavírus, foram duas apresentações, em janeiro, no Teatro de Arena, na programação da 21ª edição do Porto Verão Alegre.

“As cenas do espetáculo absorvem a dramaticidade da essência da vida, sem perder a leveza, a esperança, o altruísmo e a busca de uma verdade que nos apresente uma possível reflexão sobre quem somos, como amamos e de que maneira aprendemos a amar”, resume Cristina.

As 11 canções que acompanham a trama ambientada entre a década de 1990 e os dias atuais foram escritas pela atriz e executadas ao piano pelo maestro Renato Borba, sob a direção de Kyrie Isnardi. “A protagonista dialoga, se relaciona com ela mesma, com suas canções e seus amores, tendo o público como confidente”, relata a atriz.

A propósito dessa busca por sentido à vida e aos obstáculos que se apresentam, Cristina acredita que o isolamento impôs novos desafios a todos, especialmente aos professores. Para enfrentar essa nova realidade, recorreu à sua formação artística. “Desde o primeiro dia de paralisação comecei a produzir as aulas em formato de vídeo porque percebi que desta forma seria mais fácil ensinar e seguir mantendo a conexão mais próxima aos alunos”.

Bacharel em Relações Públicas pela PUCRS, licenciada em Música pelo IPA, com formação em teatro (TEPA) e grau médio em Música Moderna pela Taller de Musics de Barcelona, onde viveu por nove anos, Cristina é atriz, cantora, professora de canto particular e de música. Foi uma das dez selecionadas no *Festival da Canção Aliança Francesa 2019*, realizado pela AFPOA e interpretou a música *Douce France*, de Charles Trenet.



Cristina: “o teatro é um processo que requer muita paciência, persistência, amor e determinação”

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: [extraclass@sinsprors.org.br](mailto:extraclass@sinsprors.org.br).

## PALAVRA DE PROFESSOR

por Flavia Seligman\*

Cineasta e professora de Cinema. Doutora em Artes/Cinema pela USP, atuou como professora na PUCRS, Ufrgs, ESPM-SUL e Unisinos

### Olha eu aqui

O ofício do *fazer cinema* no Brasil data do final do século 19. Apesar disso, há pouco tempo a participação feminina tornou-se constante em funções técnicas de maior visibilidade. Um número expressivo de mulheres hoje trabalha como roteiristas, diretoras, produtoras, fotógrafas, diretoras de arte e desenhistas de som em todo o país, em todas as modalidades de expressão, longas e curtas-metragens, conteúdo para televisão aberta e fechada, conteúdo para internet etc.

Nos estudos de cinema, na pesquisa e na docência também é expressiva a participação das mulheres.

O número de alunas nos cursos de cinema e audiovisual aumenta ano a ano, com mulheres escolhendo áreas de trabalho que há 50 anos ou mais eram basicamente masculinas. Segundo o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine), em 2020 o país conta com 187 cursos superiores de cinema e audiovisual. Na sua grande maioria, as disciplinas de direção, fotografia, montagem, roteiro e som, áreas vitais da realização, são ministradas por professores homens.

Numa primeira busca nos principais cursos do Rio Grande do Sul – Unisinos, PUCRS, UniRitter, Faval e UFPel, encontramos apenas uma professora de fotografia, uma de roteiro, uma de direção de fotografia e uma de montagem. As demais mulheres estão alocadas em disciplinas teóricas ou nas áreas de produção e de arte, funções que por suas particularidades como organização, infraestrutura e criação de cenários e figurino são ainda consideradas “mais femininas”. As demais disciplinas vistas como de maior responsabilidade e, claro, visibilidade, são majoritariamente entregues aos professores homens.

As professoras ainda precisam lutar para serem ouvidas e mesmo valorizadas. Até em grupos com profissionais de vanguarda, com ideias progressistas, falar e ser ouvida às vezes não é fácil.

Claro que não é regra. Eu mesma trabalhei com muitos colegas maravilhosos e fui respeitada, mas, infelizmente, em quase todas as instituições ainda há professores (e professoras) que à noite publicam nas redes sociais textos imensos, pedindo maior representação feminina no Congresso, mas pela manhã interrompem a fala de uma colega numa reunião ou debate.

Acontece que as mulheres, cineastas, pesquisadoras e professoras sabem ensinar e formar novos trabalhadores e trabalhadoras em todas as áreas da realização audiovisual. Vejam os portfólios, leiam os currículos, acreditem na força e na persistência.

Por um respeito verdadeiro nos locais de trabalho. Olhem para a gente aqui!



# Os engenheiros do caos

*Com as redes sociais e as novas ferramentas digitais de comunicação, o que mudou é que a política foi sequestrada da esfera pública*

**A**pós a 1ª guerra mundial, o economista John Maynard Keynes (1883-1946) – lembrado nesses tempos de pandemia pela sua posição favorável à intervenção do Estado para enfrentar ciclos econômicos adversos como as recessões – disse aos seus alunos:

*Quase toda a sabedoria de nossos homens de Estado foi erigida sobre pressupostos que eram verdadeiros numa época, ou parcialmente verdadeiros, mas que o são, a cada dia, menos. Nós devemos criar uma nova sabedoria para uma nova época. E, ao mesmo tempo, se queremos reconstruir algo bom, vamos precisar parecer heréticos, inoportunos e desobedientes aos olhos de todos aqueles que nos precederam.*

Muito provavelmente vivemos um momento em que tais exigências são ainda mais amplas. A pandemia do coronavírus evidencia isso de forma dramática. É preciso, entretanto, atentar para a política e suas formas se quisermos compreender o que já mudou radicalmente para pior.

Para isso, recomendo o pequeno grande livro de Giuliano Da Empoli, *Os Engenheiros do Caos* (Vestígio, 190p.) que descreve como atuam, nos bastidores, os estrategistas do neopopulismo, a partir da manipulação da avalanche de informações sobre o comportamento humano na era digital.

O argumento principal do texto é que a política de hoje é filha do encontro entre a raiva e os algoritmos. Explico: até há alguns anos, a política exigia a exposição pública de posições. Os políticos até

podiam manter discursos diferentes a depender do seu público, mas isso era sempre um risco e costumava ocorrer, sobretudo, em reuniões com grupos de interesse.

Nos processos eleitorais, os discursos convergiam naturalmente para o centro, porque os extremos não permitiam sucesso em disputas majoritárias. Assim, quem ganhasse o centro político vencia as eleições, o que explica por que os conservadores faziam acenos à esquerda, enquanto a esquerda fazia acenos aos conservadores.

Lula, por exemplo, venceu sua primeira eleição lançando a Carta ao Povo Brasileiro que, na verdade, foi um documento de garantias “ao mercado”; já Dilma, no 2º turno de 2010, comprometeu-se a não enviar ao Congresso projeto pela legalização do aborto, enquanto competia com Serra para saber qual dos dois seria mais orientado pelos valores cristãos.

Com as redes sociais e as novas ferramentas digitais de comunicação, o que mudou é que a política foi sequestrada da esfera pública. O espaço de formação de opinião passou a ser, crescentemente, avesso à luz pública. Pessoas foram identificadas como “influenciáveis” pelo exame de suas personalidades via redes sociais e através de algoritmos capazes de processar bilhões de dados em frações de segundo; ato contínuo, empresas de *big data* passaram a assessorar partidos e candidatos em vários países, capturando eleitores em bolhas de interação virtual.

**A BOLHA** – Com essa tecnologia, tornou-se possível bombardear indivíduos com mensagens cada vez mais customizadas e radicali-



Foto: Marcos Corrêa/Presidência da República

*“Em tempos de neofascismo, a política se tornou centrífuga, porque não importa mais unir eleitores em torno de uma plataforma comum, mas de estimular ao máximo as paixões mais desarrazoadas”*

zadas. Como todos na bolha compartilham os mesmos valores e limitações culturais, as posições extremadas passam a liderar, no grupo, a construção de um mundo paralelo, formatado por teorias da conspiração e por absurdos os mais variados, o que é invisível aos que estão fora da bolha e que, por isso, não podem contestar o que ali é dito. O resultado é que as diferenças políticas não são mais aquelas que diziam respeito às opiniões sobre os fatos. Antes disso, o que passou a nos separar são os fatos em si.

Em um mundo onde milhões de pessoas só leem textos no WhatsApp ou no Facebook e se informam sobre questões complexas no Instagram ou em vídeos do YouTube, contar com uma minoria intolerante passou a ser decisivo nas disputas políticas. Os líderes de extrema-direita, de fato, estimulam a formação de várias bolhas de intolerância. Dos grupos de evangélicos pentecostais aos adoradores das armas; dos grupos racistas aos profissionais liberais e servidores públicos conservadores; dos empresários proponentes do capitalismo selvagem aos policiais e militares saudosos da ditadura; dos grupos misóginos, aos ativistas antivacinas e aos terraplanistas, temos indivíduos que

não precisam compartilhar as posições que transitam pelas demais bolhas radicalizadas.

Quanto mais amplamente essas minorias reverberam disposições de ódio, menor é o custo de adesão de pessoas situadas no antigo centro político às plataformas extremas. Tudo se passa como se as bolhas radicais fossem, então, “fagocitando” o centro, sempre em nome do combate a um “inimigo” que seria a própria expressão do mal.

Em tempos de neofascismo, a política se tornou centrífuga, porque não importa mais unir eleitores em torno de uma plataforma comum, mas de estimular ao máximo as paixões mais desarrazoadas, ainda que elas sejam contraditórias, para, no momento oportuno, somar todos os “indignados-com-alguma-coisa”, alinhando-os com o candidato que se apresenta como “antissistema”, capaz, nessa condição, de acolher a raiva, o medo e as frustrações em um discurso convenientemente caótico, contraditório e embebido, desde sempre, no rancor.

Desmontar essa dinâmica passou a ser o principal desafio das democracias contemporâneas antes que elas próprias sejam destruídas. Haverá tempo?





Arte<sup>+</sup>

Foto: Tania Weiner

# À arte pop de Milton Kurtz



O projeto *Seleção Ecarta 2020* apresenta a trajetória artística e o estatuto do artista gaúcho que reinventou a arte pop para fazer uma releitura da própria identidade brasileira. Nascido em Santa Maria, em 1951, Milton Kurtz recorreu a materiais inovadores como tecidos e chapas de radiografia, entre outros recursos para compor suas obras, como ressalta Marcelo Oliveira Pereira, responsável pelo resgate e preservação do acervo após a morte do artista, em 1996.

Aberta ao público em 12 de março, a exposição teve a visitação presencial cancelada devido às medidas de isolamento social em decorrência da pandemia de coronavírus, mas está aberta para visitação virtual. As obras selecionadas destacam a pluralidade e a versatilidade com as quais o ar-

tista desempenha seu papel provocativo e sedutor permeado pela indústria cinematográfica e os retratos do cotidiano que o cerca.

A curadoria de Nicolas Beidacki e Walter Karwatzki dispõe no espaço expositivo uma abertura ao diálogo, que por meio de colaborações de jovens artistas, curadores e estudiosos do tema discorrem sobre os trabalhos escolhidos para aproximar ainda mais o público da atmosfera densa, libidinosa e provocativa proposta pelo autor.

O dramaturgo e roteirista Diones Camargo destaca os preceitos da Pop Art, movimento surgido na Europa na segunda metade do século 20, assimilados por Kurtz. Segundo ele, o movimento se concentrava nos vãos do desejo coletivo para ironizar ou exaltar o consumismo. "Décadas depois, o artista gaúcho Milton Kurtz as-

similaria em sua obra alguns dos seus preceitos do movimento. Investigando a superfície das formas e elevando o corpo a objeto de consumo, ele nos induz através do uso de cores vibrantes e múltiplas camadas de materiais o estado psíquico ao qual devemos nos

aproximar", anota Diones.

Caroline Hädrich, historiadora da Arte, arquiteta e urbanista, destaca: "a pesquisa de Kurtz explorava principalmente as dualidades e ambiguidades, tanto na plasticidade e nas composições quanto nos significados de suas imagens finais".

Foto: Tânia Meinerz



Milton Kurtz, pintor, desenhista e artista intermídia

## ENTREVISTA | Marcelo Oliveira Pereira

Pintor, desenhista, artista intermídia, Milton Kurtz (Santa Maria RS 1951 – Porto Alegre RS 1996) era graduado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e fez sua primeira exposição individual em 1983, na Galeria Tina Presser, em Porto Alegre. Integrou o Grupo KVHR, entre 1978 e 1980, e o Espaço NO – Centro Alternativo de Cultura, de 1979 a 1982. Suas obras foram mostradas em cinco exposições individuais e 35 coletivas – e três mostras póstumas organizadas por seu companheiro de ateliê, o artista plástico Mário Röhnelt, falecido em dezembro de 2018.

O acervo dos dois artistas foi resgatado e preservado por Marcelo Pereira, que destaca nesta entrevista o legado de Kurtz: "podemos dizer que temos um grande artista pop e também um visionário, alguém que deixou um grande legado para o futuro, para que as próximas gerações pudessem contemplar não só a parte expressa em cores, mas também em todo o tipo de material que ele tocou".

**Extra Classe – Alguns críticos situam o trabalho do Milton Kurtz**

**como atualização da "arte pop" das décadas de 1960/70. Faz sentido?**

**Marcelo Pereira** – Sim, eu concordo. Porque o Milton, ele não só foi influenciado por esses movimentos dos anos 1960 e 1970 como também fez parte deles. Eu ouvi muitas histórias contadas pelo Mário Röhnelt que revelam que até mesmo o estilo de vestir do Milton era muito levado ao movimento pop, desde o cabelo, roupa, alguns objetos que ele usava, como pulseiras, cordão. Ele gostava muito desse estilo pop e até mesmo hippie dos anos 1960 e 1970. Não seria difícil ser influenciado, se você faz parte desses movimentos.

**EC – Como você descreveria a obra dele?**

**Marcelo** – Eu poderia descrever a obra do Milton como muito ousada. Eu acho que ela é bem sensualizada e muito colorida. A parte que eu gosto muito é que além do atrevimento dele, a obra toda é colorida, ele gostava muito de cores fortes, enfim, muitas cores.

**EC – Qual a característica mais marcante da sua produção artística?**

**Marcelo** – Tenho pra mim que

a parte mais marcante é a forma como ele se expressava em cima de tecidos, uma técnica só dele, de preparar, de esconder coisas no tecido, coisas que você descobre mais tarde, quando a obra se revela. E por serem obras grandes. Então, eu acho que ele revolucionou não só no papel como na tela, mas essas técnicas sobre tecido, sobre pano, isso mexeu muito comigo. Eu acho que são as obras mais bonitas dele.

**EC – Qual a importância, o legado para a arte produzida no estado?**

**Marcelo** – De fundamental importância, a obra do Milton traz para o Rio Grande do Sul talvez o primeiro artista realmente pop da sua geração. Esse é o grande legado. Nós podemos dizer que temos um grande artista pop e também um visionário, alguém que deixou um grande legado para o futuro, para que as próximas gerações pudessem contemplar não só a parte expressa em cores, mas também em todo o tipo de material que ele tocou. Acho que ele é o precursor de muitas coisas aqui no RS e, sem dúvida, podemos deixar bem claro que temos um artista pop no RS, com uma obra maravilhosa.

**EC – Fale sobre a continuidade do resgate e da preservação do acervo do Milton Kurtz e também do Mário Röhnelt.**

**Marcelo** – O resgate e a preservação do acervo do Milton foi o grande aprendizado que eu tive como o Mário. Ele me ensinou como era importante guardar as obras de forma correta e também restaurá-las para que elas tivessem uma vida após a morte do artista. Eu ajudei a fazer isso com a obra do Milton e hoje sou responsável por fazer também pela obra do Mário. O Mário, como um grande apaixonado pela arte, nunca poupou nem esforços financeiros muito menos esforços físicos e sentimentais pra proteger a obra do Milton para que ela pudesse chegar nos tempos de hoje, após 20 anos, intacta, exatamente como o Milton nos deixou. Então foram muitos restauros, muitos lugares preparados para que essa obra ficasse acondicionada de forma correta.

**EC – Há uma memória afetiva envolvida nesse projeto?**

**Marcelo** – De tanto se lidar com as obras e transportá-las de um lugar pro outro, você vai se envolven-



do com elas, vai conhecendo mais do artista, vai se apaixonando por algumas em especial. E hoje eu vivo muito isso não só com a obra do Milton, mas também com a obra do Mário. E é de minha responsabilidade não deixar que aconteça com as obras de ambos o que aconteceu de ficarem guardadas 20 anos dentro de um baú. Não porque assim o Mário tenha desejado, mas porque elas estavam protegidas.

**EC – Boa parte do acervo é quase desconhecido pelo público. Por quê?**

**Marcelo** – Nesse lapso de tempo, as obras do Milton saíram por alguns momentos para serem vistas pelo público, mas de uma forma mais tímida em função de que

o Mário, como sempre produziu muito e criou muito durante a vida, as exposições dele sempre tiraram do Milton um pouco do tempo e da disponibilidade que o Mário tinha para expor. Então, essa é a minha grande responsabilidade hoje, fazer com que essas obras sejam colocadas de tempos em tempos à disposição do público pra que nenhuma delas mais volte para o baú e passe 10, 15, 20 anos escondida da humanidade. Será o meu legado, como administrador e como protetor das obras do Mário e também do Milton, e vou tentar fazer o meu melhor. Eu acho que esse foi o grande ensinamento, o Mário nesses 22 anos me preparou, porque sabia que um dia isso iria acontecer.



Obras de Milton Kurtz: papel provocativo e sedutor permeado pela indústria cinematográfica e retratos do cotidiano



Fotos: Tânia Meinerz



FRAGA

## Vois vil e vinte

Ivo e Eva viajaram à Veneza, Valência e Viena. Ivo e Eva voltaram num voo com vinte viajantes tossindo.

Eva e Ivo visitaram os vizinhos Valdir e Valdirene várias vezes. Viram tevê a valer.

Ivo não vê a virose volátil. Ivo vira-se para Eva e a virose volátil vai a Eva. Eva vê o Ivo e vocifera: vai-te, virulento!

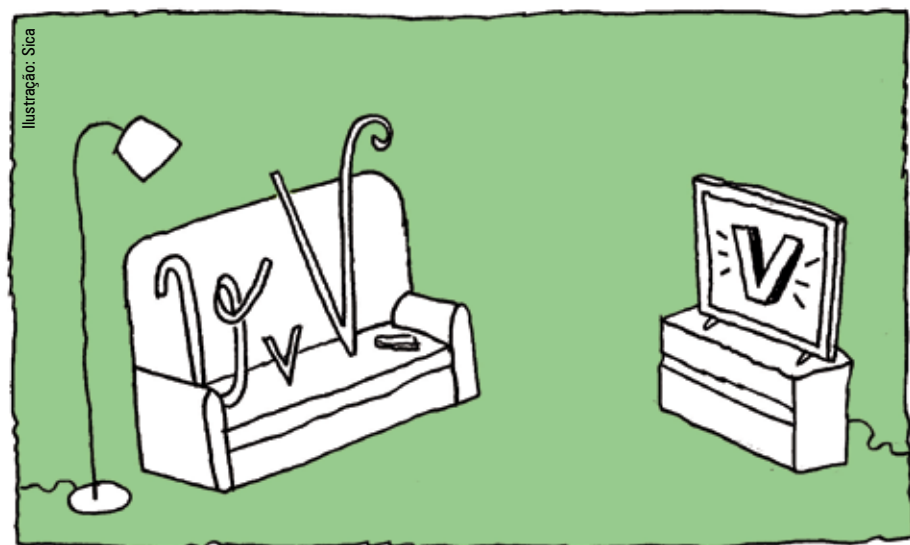
Ivo vai à venda em Viamão. Ivo vê a uva. O Vado da venda vende a uva para o Ivo. Ivo leva a uva ao vovô.

Vovô é velho. Vovô viu a uva vinda da venda em Viamão. Vovô comeu a uva sem lavar. Vovô vomitou a uva.

Valdir vai à vila vadiar. Valdir viu a vaidosa Vilma. Valdir passa o vírus pra Vilma. Valdir volta pra Valdirene. Valdirene, vingativa, vaticina: viciado vive na cova! Valdir se vai.

Vovô vende-se mal. Vovô vai ao posto de vaúde da vila. Vovô vê a vacina. A vacina não serve para virose.

A vovó sem vovô vê as notícias de Veneza na tevê. Vovó reza valei-me, Virgem Varia!



Ivo e Eva vão e vem, vagueiam nas vilas. As notícias de Veneza e Valência viajam na tevê.

Vovô vai ao vospital. Valmor, o dr, vê o vovô. Valmor vê a virose.

Vários países e milhares de vítimas vontaminadas e vatais. O voronavírus vira vandemia.

Volsonaro e vasta vomitiva viajam à Noviorque. Visitam Vrump. Volsonaro e vomitiva voltam entre vassageiros tossindo.

Diante de vospitais e vemitérios lotados, a Vorganização Vundial da Vaúde decreta visolamento vocial para vonter a vandemia.

Vestados e vunicípios vrasileiros veem o voronavírus. Vautoridades védicas e vanitárias determinam: vomércio, vervícios e vindústria param vatividades.

Usar vâscaras e luvas, lavar as vãos com vabão e usar valcoolgel são as vaiores vedidas de vroteção. E vara quem vrabalha, vem a vampa #ViqueEmVasa.

Só Volsonaro, vinfectado de vódio e vurrice, não vê voronavírus. A vigilância vanitária veage: vixe!

Vovô no vospital não vesiste ao voronavírus. Vovô é a vrimeira vítima em Vorto Valegre. Ivo e Eva e Valdir e Valdirene e Vado vão vinternados.

Em valguns vaíses a curva da vandemia vesce, em voutros vobe. As vaglomerações vontinuum verigosas.

No Vrasil, o visolamento é vituperiado por Volsonaro. O vresidente da república vocifera: voronavírus é vripezinha.

Vrofissionais da vaúde são vomenageados pela valentia vrente ao voronavírus.

Para evitar vontágio, velórios vazios.

Volsonaristas veacionários vazem vrotestos em varreata pela volta à vormalidade.

#ViqueEmVasa. Vepois que o voronavírus vesaparecer, vamo vambar com a vúsica de Vico Vuarque e Vrancis Vime, Vai Vassar.

Venquanto visso, vátria amada Vrasil.





VERISSIMO

# Panelaços

*Nenhuma novidade no fato de um governo perder apoio na prática de governar*

**A** inacreditável fala do presidente na terça-feira (24 de março) acabou com a profissão de intérprete de panelaços, criada na era Bolsonaro & Filhos. Um intérprete de panelaços era quem distinguia um panelaço de outro, já que os panelaços podiam ser a favor ou contra o governo, e um panelaço no Leblon não era igual a um panelaço em outro lugar.

Até pouco tempo, era fácil interpretar panelaços, ouvidos sempre em zonas de alto poder aquisitivo ou alta classe média. Não havia dúvida sobre quem estava nas janelas e nas sacadas dos edifícios, batendo em frigideiras, travessas e surdos improvisados, em apoio ao governo que tinha ajudado a eleger com seu barulho. Hoje há panelaços feitos nos mesmos edifícios, supõe-se que pelas mesmas pessoas, mas acompanhados de gritos de "fora Bolsonaro!", o que só prova como são volúveis nossas elites, como é difícil fazer sociologia a curto

prazo no Brasil e, principalmente, a falta que faz um bom intérprete de panelas para nos orientar.

Nenhuma novidade no fato de um governo perder apoio na prática de governar. Promessas de campanha são como juras de amor, servem para seduzir, não necessariamente para durar. Mas, no caso da desilusão com Bolsonaro & Filhos, a decepção foi maior porque a expectativa dos seus 57 milhões de eleitores – espantosa, conhecendo-se a biografia e a personalidade do candidato – era maior. Digam o que disserem do Bolsonaro & Filhos, eles nunca esconderam o que eram ou chegaram ao poder disfarçados de outra coisa. O que os 57 milhões elegeram foi isso aí mesmo.

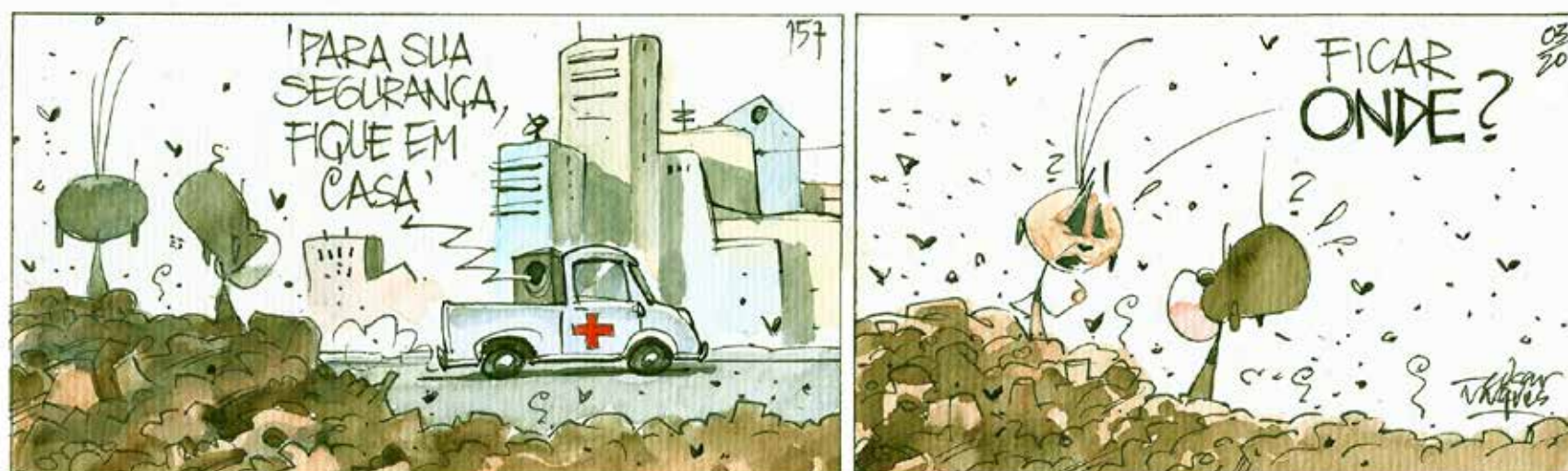


Quanto à mudança dos panelaços de a favor do governo para contra o governo, a causa, entre outras, é o desempenho de Bolsonaro & Filhos na guerra contra a peste que nos assola, como ficou evidente na fala inacreditável da terça-feira. Não sei como estão sendo interpretados os panelaços do Leblon, mas se são sinais de insatisfação também são sinais de conscientização, e nos servem. Portanto, não pergunte por quem soam as panelas do Leblon, elas soam por você.


RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES







# **Os professores estão trabalhando muito, a distância. O Sinpro/RS está acompanhando tudo de perto.**

Professoras e professores estão se desdobrando para interagir com os alunos pela internet, adaptar conteúdos e gravar aulas. Tudo para preservar os processos pedagógicos e manter a qualidade de ensino.

Da mesma forma, o Sinpro/RS, com sua diretoria e equipes de apoio, está acompanhando esse processo para garantir que os direitos dos professores sejam resguardados.

*Acesse [sinprors.org.br](http://sinprors.org.br) e saiba mais.*

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão